



Universidade do Minho  
Conselho Geral

## **Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho**

### **Ata Nº 003/2016**

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (CGeral), com a seguinte ordem de trabalhos:

#### **Assuntos de iniciativa do Conselho Geral**

1. Informações;
2. Aprovação da ata número 02/2016, referente à reunião do dia 02/05/2016;
3. Revisão dos Estatutos da UMinho;
4. O Conselho de Curadores da Fundação Universidade do Minho: composição. Discussão e eventual tomada de decisão.

#### **Assuntos de iniciativa do Reitor**

1. Informações;
2. Relatório de Atividades e de Contas da UMinho 2015;
3. Relatório de Atividades e de Contas dos SASUM 2015;
4. Outros assuntos.

Estiveram presentes o Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, que presidiu, o Reitor, Professor António Cunha, a Dra. Isabel Furtado, o Doutor Carvalho da Silva, o Doutor Howard Davies, a Dr.ª Paula Moura Pinheiro, os Professores Álvaro Sanromán, Ana Cunha, Ana Paula Marques, Francisco Veiga, Jorge Pedrosa, Laurinda Leite, Licínio Lima, Luís Amaral, Manuel Pinto, Maria Clara Oliveira e Rui Ramos, a Dra. Fernanda Ferreira, os Estudantes Ana Carolina Oliveira, Bruno Alcaide, Carlos Videira e Pedro Sanches. Justificaram a ausência a Professora Lúcia Rodrigues e o Eng.º António Murta. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata **(anexo I)**. \_\_\_\_\_

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, foram investidos pelo Presidente do Conselho Geral a Profª Doutora Laurinda Sousa Ferreira Leite e a Estudante Ana Carolina Ribeiro Oliveira, como membros do Conselho Geral da UMinho representantes, respetivamente, dos Professores e Investigadores e dos Estudantes. Esta investidura resultou da renúncia ao mandato da Profª Doutora Margarida Paula Casal e do Estudante José Mário Sousa.



Universidade do Minho  
Conselho Geral

O Presidente iniciou a sessão transmitindo algumas informações de caráter geral, passando posteriormente ao ponto 2. da agenda – aprovação da ata número 02/2016, referente à reunião do dia 02/05/2016. Informou que nela tinham sido incorporados os contributos recebidos e colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, deu início ao ponto 3. dos assuntos de iniciativa do CGeral – Revisão dos Estatutos da UMinho, e recordou que, na sequência da consulta pública realizada no âmbito da revisão dos Estatutos da UMinho, foram recebidas duas petições tendo em vista a criação do Provedor dos Docentes e Investigadores e do Provedor dos Funcionários Não Docentes e Não Investigadores, matéria sobre a qual não foi obtido consenso no seio da Comissão Especializada de Governação e Assuntos Institucionais (CE-GAI), nem na reunião do Plenário do Conselho realizada a dois de maio de 2016.

Face a esta situação, e considerando a urgência da aprovação dos Estatutos, o Presidente submeteu à apreciação do Conselho uma proposta segundo a qual seria encerrada, nos termos em que se encontra e com os adequados ajustamentos de natureza técnica, a revisão dos Estatutos da UMinho com vista à sua adequação ao regime de direito privado, enquanto Fundação, e aberto de imediato um processo de revisão material dos mesmos, com nova consulta pública da Academia até trinta de setembro próximo.

Nesta proposta são ainda definidas a metodologia e a calendarização do novo processo de revisão.

A proposta apresentada, a qual foi lida aos presentes, encontra-se em anexo à presente ata **(anexo II)**.

Os Professores Ana Cunha, Licínio Lima e Jorge Pedrosa pronunciaram-se favoravelmente à proposta apresentada, com vista à realização de uma revisão mais profunda, salientando o facto de a mesma apresentar uma metodologia e calendarização bem definidas para o processo.

A Dr.<sup>a</sup> Fernanda Ferreira afirmou que a proposta apresentada podia constituir uma via de resolução em face do impasse criado pela falta de consenso em torno da criação dos Provedores dos Docentes e dos Funcionários Não Docentes, discordando, no entanto, da fixação do termo do prazo da consulta para final do mês de setembro, entendendo não ser essa a ocasião mais propícia para se realizar um debate nas UOEI. Acerca do recurso a um elemento exterior ao Conselho Geral para apoio técnico e jurídico ao texto resultante da revisão estatutária, salientou importante a escolha recair sobre um jurista ou professor de Direito independente, à semelhança do procedimento seguido na Universidade do Porto. Reiterou que sempre defendeu uma revisão mais alargada dos Estatutos, visto que a atual versão foi aprovada em finais de 2008, e no espaço de tempo entretanto decorrido ocorreram importantes transformações no ordenamento jurídico (revisão dos estatutos das carreiras docentes universitária e politécnica, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, sucessivas leis



Universidade do Minho  
Conselho Geral

de orçamento de estado, entre outras), bem ainda na regulamentação académica da UMinho, e também porque a dinâmica das UOEIS e as suas solicitações não se compadecem com períodos tão prolongados sem adequação do texto estatutário às novas realidades.

Colocada à votação, a proposta submetida pelo Presidente foi aprovada por unanimidade.

De seguida, no exercício das competências previstas nos Estatutos da Universidade do Minho, homologados pelo Despacho Normativo n.º 61/2008, de 14 de novembro, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 236, de 5 de dezembro, foi colocado à votação o texto da revisão dos Estatutos para adequação ao regime fundacional, distribuído previamente, tendo o Conselho deliberado, por unanimidade, aprovar o texto final dos Estatutos da Universidade do Minho, na sequência da sua transformação em fundação pública com regime de direito privado e aprovar a abertura, a partir da mesma data, de um processo de revisão material dos Estatutos da Universidade do Minho. O texto final dos Estatutos encontra-se anexo à presente ata e dela faz parte integrante **(anexo III)**.

O Presidente ausentou-se temporariamente da reunião, passando a mesma a ser conduzida pela Vice-Presidente, Dr.ª Isabel Furtado, para início dos assuntos de iniciativa do Reitor.

### **Assuntos de iniciativa do Reitor**

#### **1. Informações**

O Reitor fez um breve resumo das informações constantes no documento disponibilizado aos membros do Conselho **(anexo IV)**, de entre as quais destacou, ao nível do Enquadramento do Ensino Superior, o acordo em preparação entre o CRUP e o Governo, no qual este último garante que durante a legislatura vigente a dotação para o Ensino Superior não será inferior à concedida este ano. Referiu ainda que as Universidades não utilizarão a reserva provisional do Ministério das Finanças e não serão sujeitas às cativações orçamentais.

No que respeita à atividade institucional, transmitiu informações sobre a atribuição de bolsas de excelência a 174 estudantes; a cedência do Convento de S. Francisco à UMinho e apresentou o ponto de situação da acreditação e avaliação de vários cursos. Referiu também a realização de visitas, missões e assinatura de diversos protocolos e deu a conhecer os dados referentes às bolsas de estudo da Ação Social Escolar.

A Vice-Presidente agradeceu as informações prestadas pelo Reitor e abriu o debate.

Na sequência da interpelação ao Reitor do Professor Jorge Pedrosa, na qual solicitou dados sobre o financiamento das Universidades, nomeadamente a fórmula e os critérios utilizados para atribuição do





Universidade do Minho  
Conselho Geral

financiamento às diferentes instituições, registaram-se diversas intervenções sobre essa matéria bem como sobre o investimento efetuado na área das Ciências.

O Reitor respondeu que a fórmula de financiamento das Universidades é bastante complexa e no que respeita ao investimento na área das Ciências, ao contrário do que tem sido veiculado, o mesmo não tem vindo a aumentar, mas referiu que o plano nacional de reformas anunciado pelo Governo podia proporcionar a entrada de novos recursos.

A Vice-Presidente passou de imediato à apreciação do Relatório de Atividades e de Contas da UMinho 2015.

## **2. Relatório de Atividades e de Contas da UMinho 2015**

O Reitor fez uma apresentação sumária do Relatório de Atividades da UMinho 2015, com ênfase nas áreas do Ensino e da Investigação.

Na área do Ensino destacou a diversidade dos cursos oferecidos e o desenvolvimento significativo do projeto de ensino à distância. Ao nível da Investigação evidenciou a captação de projetos com financiamento europeu, o reconhecimento da produção científica e os prémios nacionais e internacionais atribuídos aos investigadores. Considerou relevante o concurso para investigadores FCT, bem como o início do Programa Horizonte 2020, e salientou o envolvimento da UMinho em projetos de valorização do conhecimento em interação com a sociedade, através do desenvolvimento de novos produtos e da elaboração de vários estudos. Referiu também a vasta oferta cultural e as atividades desportivas desenvolvidas ao longo de 2015.

Finda a apresentação, a Vice-Presidente deu a palavra ao Professor Francisco Veiga para apresentação do memorando da Comissão Especializada de Planeamento e Assuntos Financeiros (CE-PAF) sobre a apreciação do Relatório de Atividades da UMinho 2016. Este memorando encontra-se em anexo à presente ata **(anexo V).**

O Professor Francisco Veiga começou por referir que a CE-PAF entendeu que o Relatório de Atividades apresentado retratava bem as atividades desenvolvidas pela UMinho nas diversas áreas da sua atuação. Contudo, a Comissão gostaria que o mesmo evidenciasse o grau de concretização dessas atividades em relação ao Plano Estratégico 2013-2020, assim como as UOEI o deveriam fazer em relação aos respetivos planos estratégicos. Referiu ainda a recomendação da Comissão para que sejam indicados em tabelas os dados relativos aos estudantes em cursos não conferentes de grau. Solicitou ao Reitor o ponto de situação sobre as iniciativas de implementação do portal da UMinho e do portal académico bilingue, bem como da migração dos alunos do 3º ciclo e do reforço das estruturas de apoio a estudantes internacionais.



Universidade do Minho  
Conselho Geral

A Vice-Presidente abriu o debate referindo-se ao facto de o conhecimento adquirido através dos cursos de doutoramento ter vindo a aumentar significativamente nos últimos anos, não sendo, no entanto, conhecido o número de patentes registadas com posterior transformação em bens e/ou serviços.

O Professor Manuel Pinto questionou a existência de uma política diferenciada para os estudantes estrangeiros, em concreto, para os estudantes provenientes do Brasil, dado que muitos dos familiares que os acompanham não têm possibilidade de frequência de cursos na UMinho, face ao valor elevado das propinas, obrigando-os ao ingresso em outras Universidades, por vezes em locais muito distantes, como é o caso da Universidade do Algarve. Questionou também a clareza dos normativos relativos à gestão das verbas captadas por projetos e disse ser ideal o conhecimento dos condicionalismos existentes nessa área.

A Professora Ana Cunha referiu que seria interessante constar no relatório a evolução dos Estudantes Erasmus, principalmente daqueles que ingressam na UMinho (IN).

A Professora Ana Paula Marques interpelou o Reitor no sentido de obter informação sobre a avaliação dos Centros de Investigação em 2017. Salientou o facto de existir uma concentração de financiamento em apenas algumas áreas de conhecimento e entendeu que o quadro de atuação deve ser muito claro e ter em atenção as especificidades dos projetos. Questionou ainda a possibilidade de antecipar a atuação dos Centros de Investigação, de modo a preparar a avaliação do próximo ano.

O Professor Licínio Lima evidenciou a regularidade estrutural do documento e referiu-se aos projetos de investigação na área das Ciências Sociais, salientando que as Universidades têm de ter uma voz mais ativa no que a essas áreas diz respeito, face à necessidade de articulação destas Ciências com as demais.

O Professor Jorge Pedrosa secundou a intervenção do Professor Licínio e entendeu que esta matéria deveria ser alvo de agendamento numa das próximas reuniões do Conselho, para uma discussão mais alargada.

A Vice-Presidente deu a palavra ao Reitor para resposta questões colocadas.

O Reitor começou por informar que não são ainda conhecidos os critérios a ter em consideração na avaliação dos Centros de Investigação prevista para 2017, apenas que todos os centros serão alvo de avaliação, independentemente da classificação obtida anteriormente. Relativamente ao apoio aos estudantes estrangeiro, afirmou que o Serviço de Relações Internacionais é responsável por prestar esse apoio e informou que a Associação Académica da UMinho também criou uma estrutura de apoio para esses estudantes. Referiu ainda que a captação de estudantes estrangeiros é uma das estratégias a longo prazo da UMinho, razão pela qual os contactos com as Universidades estrangeiras estão a ser intensificados, muito embora a atual situação política de países como a Angola e o Brasil não propiciem a vinda de estudantes para a UMinho.





Universidade do Minho  
Conselho Geral

Relativamente à gestão da política dos projetos, disse não existir indefinições, dado que a informação é do conhecimento das UOEI, nomeadamente, dos Secretários das Escolas. Trata-se de um sistema complexo que resulta da interação com várias agências e o nível de escrutínio e auditorias por parte de várias entidades não tem precedentes.

Retomou a condução dos trabalhos o Presidente que, antes de iniciar a apreciação do Relatório e Contas UMinho 2015, convidou o Administrador a assistir à reunião.

O Administrador fez uma breve apresentação dos principais indicadores de gestão do ano de 2015, destacando a diversificação da proveniência das receitas; o aumento dos pagamentos face ao fecho do 7º Programa Quadro e ainda o aumento do saldo de gestão.

Em relação à execução orçamental, informou que a receita total de 2015 foi de 129,1 M€, excluindo os Saldos de Gerência, dos quais 54,2 M€ são provenientes do Orçamento do Estado. Referiu também algumas das fontes de financiamento, nomeadamente, a receita arrecadada através de propinas e taxas, que ascendeu aos 20,5 M€; a receita proveniente da venda de bens e prestações de serviços e transferências correntes, no valor de 11,8 M€ e a receita referente a projetos de investigação e desenvolvimento executados pela UMinho que ascendeu aos 42,6 M€.

Salientou que a execução orçamental apresentou, em 31 de dezembro de 2015, um Saldo de Gerência de 12,3 M€, o que corresponde a um aumento de 3,4 M€ em relação ao ano de 2014.

Informou que a despesa total no ano de 2015 foi de 125,7 M€, e apresentou os valores das mesmas por agrupamento económico: despesas com pessoal – 72,7 M€; despesas de funcionamento – 21,6 M€; despesas de capital ou de investimento – 17,9 M€; transferências correntes – 13,1 M€ e outras despesas correntes – 291.105 €.

Assinalou ainda os vários indicadores económico-financeiros, nomeadamente, o valor do ativo líquido que se situou nos 213,2 M€, o total do passivo que ascendeu aos 134,3 M€ e o resultado líquido do exercício em 2015 de 1,7 M€.

Finda a apresentação, o Presidente agradeceu ao Administrador a exposição realizada e deu a palavra ao Professor Francisco Veiga, para informação dos membros do conteúdo do memorando da CE-PAF sobre esta matéria.

O Professor Francisco Veiga informou que a CE-PAF fez uma apreciação muito positiva do Relatório e Contas e sublinhou a maior transparência da informação nele contida. Realçou os aumentos ligeiros registados em alguns indicadores financeiros e destacou os resultados positivos alcançados, bem como o aumento do Saldo



Universidade do Minho  
Conselho Geral

de Gerência. Contudo, referiu o facto dos resultados obtidos em 2015 terem exigido sacrifícios ao nível das UOEI, sacrifícios esses que se esperam reduzidos no corrente ano, nomeadamente, no que se refere à execução de projetos de investigação.

De seguida o Presidente abriu o debate, o qual incidiu sobre a execução dos projetos de investigação, tendo sido pedidos esclarecimentos ao Reitor sobre a distribuição dos overheads e das verbas remanescentes.

O Reitor agradeceu os contributos da CE-PAF para o melhoramento do relatório e prestou os esclarecimentos às questões colocadas, sublinhado o facto de nenhum projeto ter ficado comprometido em termos de execução financeira no ano de 2015.

Terminado o debate, o Presidente deu a conhecer o Parecer emitido pelos membros externos e colocou à votação o Relatório de Atividades e Contas da UMinho 2015, os quais foram aprovados por unanimidade.

Foram interrompidos os trabalhos às 13h50m para intervalo de almoço.

O Presidente retomou a sessão às 15h00m, tendo-se procedido à votação nominal das individualidades propostas para a constituição do Conselho de Curadores.

### **3. Relatório de Atividades e Contas dos SASUM 2015**

De seguida, o Presidente convidou o Administrador dos Serviços de Ação Social para estar presente na reunião e apresentar o Relatório de Atividades e Contas dos SASUM 2015.

O Administrador dos SASUM cumprimentou os membros do Conselho e apresentou uma síntese do Relatório de Atividades e Contas dos SASUM 2015, contextualizando as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2015 nas áreas dos serviços e bens alimentares.

No que respeita ao relatório de contas, informou que a receita global dos SASUM (excluindo saldos) foi de 8.320.703,30 €, tendo a execução orçamental como fontes de financiamento o Orçamento do Estado – 1.955.521,00 €; as receitas próprias – 5.678.702,30 € e as transferências da UMinho – 686.480,00 €.

Transmitiu que as despesas ascenderam aos 8.212.700,34 €, tendo-se verificado uma redução no total dos compromissos de 5,9% em relação ao ano anterior, o qual se deve à diminuição das despesas com funcionamento e com pessoal e ao aumento das despesas de capital. O valor total das despesas provém dos custos com pessoal – 1.955.521,00 €; do Programa de Cooperação Transfronteiriça entre Espanha e Portugal – 614,92 €; despesas efetuadas com compensação em receitas próprias – 5.572.759,05 € e despesas efetuadas com as transferências da UMinho – 683.805,37 €.



Universidade do Minho  
Conselho Geral

Finda a apresentação, o Presidente concedeu a palavra ao Professor Francisco Veiga que, na sequência do memorando da CE-PAF, evidenciou a qualidade dos documentos apresentados ao Conselho e sublinhou os resultados líquidos positivos e o aumento do Saldo de Gerência dos SASUM no ano de 2015. Salientou ainda o número de prémios recebidos e o facto dos SASUM serem entidade piloto na implementação do SNC-AP, factos reveladores de uma boa gestão e de que os Serviços se encontram na vanguarda das práticas contabilísticas.

O debate iniciou com a intervenção do Estudante Carlos Videira que referiu a diminuição do número de estudantes envolvidos no protocolo de cooperação com os SASUM, bem como o valor auferido pelos mesmos, três euros por hora, valor que é considerado baixo, comparativamente com o praticado por outras instituições. Registou ainda a proibição de ocupação das mesas dos bares da Universidade para efeitos de estudo, considerando esta situação inadmissível.

O Professor Rui Ramos chamou a atenção para a necessidade de adequar o funcionamento das residências universitárias ao calendário escolar, de modo a evitar a emissão de declarações por parte dos Diretores de Curso, com vista à autorização da permanência dos estudantes nas mesmas para além do período estipulado pelos SASUM.

O Professor Jorge Pedrosa referiu que deveria ser objetivo dos SASUM o aumento da qualidade das residências universitárias de modo a acolher convenientemente os estudantes internacionais. Mencionou ainda que a existência de espaços e áreas informais que possam ser utilizadas pelos estudantes para o estudo é fulcral para a aprendizagem, pelo que deveriam existir mais espaços com estas características junto das Escolas.

Em resposta às questões colocadas, o Reitor explicou que a prestação de serviços por estudantes é requisitada por diversos Serviços, sob coordenação dos SASUM, e ocorre para realização de pequenas tarefas, sendo que o aumento do valor a pagar a esses colaboradores traria consequências orçamentais. Esclareceu que a proibição de estudo nos bares foi já revogada e informou que estão previstas transformações em vários espaços das residências universitárias, através do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável - PEDUS, com vista ao alojamento dos Estudantes Internacionais.

Terminado o debate, o Presidente deu a conhecer o parecer emitido pelos membros externos do Conselho e colocou à votação o Relatório de Atividades e Contas dos SASUM 2015, os quais foram aprovados por unanimidade.





Universidade do Minho  
Conselho Geral

O Presidente do Conselho declarou findos os trabalhos pelas 16:30 horas, tendo sido lavrada a presente ata com a colaboração do secretariado do Conselho Geral que, depois de aprovada será assinada pelo Presidente, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio e pela Secretária, Professora Ana Paula Marques.

O Presidente,

A Secretária,



Universidade do Minho

Anexo I

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião n° 003/2016 – Reunião Plenária

2016/06/06

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	
Álvaro Laborinho Lúcio	
Ana Carolina Ribeiro Oliveira	
Ana Cristina Gomes Cunha	
Ana Paula Pereira Marques	
António Murta	
Bruno Jorge Travassos Alcaide	
Carlos Alberto da Fonte Videira	
Francisco José Alves Coelho Veiga	
Howard Davies	
Isabel Furtado	
Jorge Manuel Rolo Pedrosa	
Laurinda Sousa Ferreira Leite	
Licínio Carlos Viana da Silva Lima	
Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues	
Luís Alfredo Martins Amaral	
Manuel Carvalho da Silva	
Manuel Joaquim da Silva Pinto	
Maria Clara Faria Costa Oliveira	
Maria Fernanda Teixeira Ferreira	
Paula Moura Pinheiro	
Pedro Alexandre Pereira Sanches	
Rui António Rodrigues Ramos	

## PROPOSTA

1. Na sequência da publicação do diploma que atribuiu à Universidade do Minho o estatuto de Fundação Pública com Regime de Direito Privado, o seu Conselho Geral iniciou o processo de revisão dos respectivos Estatutos para o que dispunha, nos termos da lei, de um prazo de sessenta dias. Tal circunstância levou a que se houvesse deliberado que o âmbito da revisão, não tendo que quedar-se apenas por um ajustamento «minimalista», deveria sempre adequar-se ao objectivo de respeitar o referido prazo, pelo que outras alterações a introduzir haveriam de circunscrever-se a matérias cuja revisão fosse consensual e de fácil concretização. E assim se procedeu, tendo-se chegado a um texto que, aprovado em reunião plenária do órgão, que desse modo reafirmou aquele critério, foi depois colocado em consulta pública, pelo prazo legal de trinta dias.

Várias foram as sugestões de alteração apresentadas por membros da academia, algumas delas aceitas de imediato pela justeza do seu conteúdo. Outras foram sujeitas a discussão no seio do Conselho, tendo em conta, por um lado, o facto de se compreenderem no âmbito da revisão proposta mas, por outro, o de não colherem consenso quanto à sua bondade ou quanto à oportunidade da sua consideração em face do critério definido à partida, acabando por ser, por agora, e por isso mesmo, rejeitadas.

Para lá de todas estas, destacou-se ainda a reivindicação, por parte de um número significativo de subscritores, da criação da figura de um Provedor dos funcionários não docentes e não investigadores, a esta tendo, por sua vez, sucedido pedido semelhante, assinado por um conjunto de docentes e investigadores, reclamando idêntica figura, a eles referida.

Sem acordo na reunião preparatória levada a cabo pela terceira Comissão Especializada de Governação e Assuntos Institucionais, também o plenário do Conselho não logrou produzir uma deliberação que encerrasse o debate interno preparatório da deliberação correspondente. Pelo contrário, assumindo, embora, ultrapassar o prazo de revisão e bem assim



o critério que para esta havia fixado, ainda que com reservas de alguns membros, entendeu o Conselho Geral que as divergências manifestadas justificariam um esforço no sentido de poder chegar-se a um consenso, primeiro quanto à aceitação do tema para revisão e, depois, quanto ao significado definitivo desta. Assim, voltou o assunto a baixar àquela Comissão, regressando agora a plenário sem que tenha sido conseguida a concordância de pontos de vista que se intentara atingir. Ficou, pois, entregue ao livre jogo da formação de maiorias legítimas a responsabilidade da deliberação última a adoptar, incidindo sobre as propostas avulsas que fossem apresentadas em plenário.

Não cremos, porém, ser este o caminho que o Conselho Geral deve prosseguir.

Desde a primeira hora que, quer pelo critério definido pelo Conselho para balizar o campo aberto à revisão, quer pelo objecto da consulta, quanto a nós, limitado aos termos colocados à apreciação do público, entendemos que não cabia ao Conselho, nesta fase, abrir a discussão em torno das figuras propostas pelos subscritores de ambas aquelas reivindicações. Não que não valorizássemos a vontade por eles expressa, ou que não lhes atribuíssemos sentido modificador a reclamar consideração por parte do órgão.

Na verdade, ainda que apresentadas aquelas propostas fora do âmbito da consulta aberta, jamais tal argumento serviria para as afastar, o que, a acontecer, levaria o Conselho a refugiar-se numa argumentação jurídico-formal, de todo desligada do respeito devido à vontade manifestada por um número significativo de membros da academia. Entendemos, porém, que tão incorrecto como isso, seria incluir novas alterações ao Estatuto da Universidade, agora sobre estas matérias em discussão, obrigando necessariamente a outra consulta pública, com isso se incumprindo, então em termos inaceitáveis, o prazo de revisão, e abrindo um precedente que tornaria imprevisível o andamento do respectivo processo se, em nova consulta, outra reivindicação, deste ou de outro tipo, viesse a ser apresentada por um número expressivo de membros da academia. Foi, aliás, com este argumento que o Conselho abandonou, por agora, a

hipótese de introduzir alterações ao Estatuto da Universidade em matérias por si identificadas e relativamente às quais o consenso estava, à partida, garantido.

Repetimos, sempre quanto a nós, que cabe ao Conselho Geral não descurar o valor das vontades manifestadas no seio da academia. Fazê-lo, seria torná-la indiferente e, nessa medida, tornar-se a si próprio indigno do respeito crítico que desta se deve reclamar. Mas ao Conselho Geral não cabe, também, subordinar-se às manifestações de vontade ali expressas, sem as ponderar profundamente, procurando soluções que, indo ao encontro da vontade nascida no seio da academia, as reconduza também, quer na discussão que abra, quer nas deliberações que tome, à sua vinculação ao interesse público que o justifica como «órgão colegial máximo de governo e de decisão estratégica da Universidade», em nome do qual se lhe impõe que saiba também avaliá-las, assumindo colectivamente a responsabilidade pela respectiva avaliação.

Ora, da discussão ocorrida na Comissão e daquela que informalmente se seguiu, não resultou qualquer acordo, ficando em aberto a apresentação de várias propostas divergentes entre si. Daqui é previsível que resultem votações que, em nenhum dos casos, venham a obter uma maioria de dois terços dos membros efectivos do Conselho, exigida para a revisão em questão. Isto é, o Conselho Geral viria, por esse facto, a confrontar-se com a rejeição de todas as propostas apresentadas e, assim, da própria reivindicação oriunda da academia. E isso sim, sobretudo quando o que está em causa é uma evidente falta de maturação na apreciação das várias soluções alternativas a prosseguir, seria a frustração da expectativa com que a academia aguarda a posição do Conselho Geral. E isso importa também evitar.

Dir-se-á, como se diz, que a academia espera aqui uma tomada de posição do Conselho Geral na sequência das suas reivindicações, elas próprias, demonstrativas do seu empenho como corpo e da sua confiança no órgão máximo de governo da Universidade. E isso é correcto, tendo nós próprios, em recente intervenção pública, convidado a academia a manifestar junto do Conselho os seus pontos de vista e a apresentar

propostas de intervenção por parte deste, nomeadamente em matéria de revisão do quadro legal existente. Mas, do mesmo modo, correcto é também que o Conselho Geral e os seus membros se empenhem em assumir a dimensão institucional que lhes cabe, por via da legitimação da sua escolha e das funções superiores que lhes cumpre desempenhar. Aí, é o Conselho que confia na superior capacidade de compreensão por parte da academia, que não deixará por certo de lhe reconhecer a autonomia de pensamento e de decisão que, conferindo-lhe estatuto, contribui para dignificar a própria qualidade da relação no interior da instituição universitária e da instituição, ela própria.

2.Ora, é tudo isto que levanta um leque de interrogações que o Conselho não pode, quanto a nós, deixar de enfrentar antes de se decidir pela posição final a adoptar.

Assim:

1º - Num tema trazido por um conjunto de membros da academia, referido a matéria que não fora colocada a apreciação por parte desta, deve o Conselho tomar posição sem consultar sobre ela, especificamente, toda a academia?

2º - Deliberando abrir nova consulta pública, entende o Conselho Geral que esta deva ser limitada apenas a este tema? E, se a resposta for afirmativa, com que fundamento? E como se compatibiliza essa limitação com a inexistência de limitação idêntica aquando da primeira consulta?

3º - Sendo o tema introduzido de fora, escapando ele ao objecto inicial da consulta pública e revelando a discussão interna já realizada várias propostas divergentes entre si, deve o Conselho caminhar para a votação de uma delas, apenas fundamentada na maioria de votos que a legitime, sem que se tenha desenvolvido, nomeadamente entre a academia, um debate alargado sobre as várias possibilidades aventadas no seio do Conselho?

4º - Tem o Conselho legitimidade para, sobre aquelas reivindicações, construir soluções alternativas que escapam ao pretendido por qualquer



delas? Não constituiria, isso sim, um desrespeito evidente da vontade da academia, ainda que «representada» aqui apenas por expressões minoritárias? E não se fundaria, então, a deliberação assim tomada em razões essencialmente formais, ou jurídico-formais, ao arrepio dos próprios motivos que a ela conduziram?

E, por último,

5º - insistindo-se em sujeitar a votação o tema sugerido, perante a razoável expectativa de não ser atingida uma necessária maioria de dois terços dos membros do Conselho, não está este a valorizar mais a aparência do que a realidade, tornando, no exercício das suas competências, mais valiosa a responsabilização de quem se opõe ao pretendido, do que o objectivo de construir maiorias sólidas que, fundamentadamente, permitam dar-lhe acolhimento?

3. É por tudo isto que defendemos que, não havendo consenso entre os membros do Conselho quanto a qualquer das possíveis soluções avançadas, se encerre, por agora, o processo de revisão a decorrer, sempre tendo em conta o objecto definido à partida; e que, ao mesmo tempo, se abra um novo processo de revisão dos Estatutos da Universidade, no qual se leve em conta, desde logo, o tema suscitado em torno da figura, ou figuras, de Provedor, além de outras questões não resolvidas, entre as quais as ligadas a matérias como a das incompatibilidades e impedimentos, da regulação ética, das competências do Conselho Geral, para lá de outras a trazer em consequência do debate a abrir na academia, também ele estimulado pela transformação da Universidade do Minho, em Fundação.

Para tanto bastaria, nos termos do Estatuto da Universidade do Minho, que o Conselho Geral deliberasse, por maioria de dois terços, abrir um novo processo de revisão.

Não foi isso o que veio a acontecer e a situação a que se chegou apenas vem, quanto a nós, reforçar os argumentos e as dúvidas expendidas. Não há, por agora, acordo quanto ao modelo a seguir. Enquanto isto, sem embargo dos esforços desenvolvidos pelos membros que integram a

Comissão respectiva, do exíguo debate interno efectuado resulta claro que o seu prosseguimento traria consigo, porventura, outras soluções que enriqueceriam a proposta ou as propostas finais a considerar, sendo que a profundidade do debate, interno e externo, não só daria mais legitimidade material à opção final a adoptar, como permitiria rejeitar, com melhor consciência e maior segurança, as propostas a saírem vencidas.

Ao invés, a resposta que se dará a uma academia que quer respeitar-se é apenas a de que o Conselho Geral, como órgão, não aprofundou nem debateu profundamente o tema, refugiando-se apenas na legitimidade de uma soma de votos, cujos fundamentos não se descortinam.

Ora, uma vez criado um caldo de cultura do qual pudesse germinar uma vontade legítima de revisão material do Estatuto, com total respeito pela vontade real da academia, pela urgência da revisão intercalar agora em curso, e pela própria iniciativa do Conselho Geral quanto a matérias por si isoladas e deixadas sem previsão neste processo, bem poderia dar-se agora um passo de cujos efeitos apenas resultaria prestígio para a Universidade do Minho, para o seu Conselho Geral e para o conjunto da sua academia.

4. Por isso que apresentemos como

Proposta

Deliberar o Conselho Geral:

1º - dar por encerrada, nos termos em que se encontra e com meros ajustamentos de natureza técnica, a revisão dos Estatutos da Universidade do Minho com vista à sua adequação ao novo regime jurídico da UMinho, enquanto Fundação;

2º - abrir, de imediato, um novo processo de revisão dos mesmos Estatutos, começando por convidar desde já toda a academia a fazer chegar ao Conselho Geral, até 30 de Setembro próximo, os contributos que entenda dever apresentar;

3º - considerar as subscrições já apresentadas por trabalhadores não docentes e não investigadores e por docentes e investigadores, como incorporando, por antecipação, o conjunto daqueles contributos;

4º - promover, por sua iniciativa, o conjunto de debates e reuniões de trabalho que entenda adequado à natureza e oportunidade da revisão em causa;

5º - avaliar, no âmbito da Comissão Especializada de Governação e Assuntos Institucionais, até 15 de Novembro próximo, todas as contribuições dirigidas ao Conselho e bem assim as que resultarem da sua própria discussão interna, produzindo informação regular a transmitir a todos os membros do Conselho.

6º - contratar um técnico jurista a quem se cometerá, em permanência, e com a colaboração do secretariado do Conselho, o acompanhamento técnico do processo;

7º - aprovar, até 15 de Janeiro de 2017, a nova versão dos Estatutos, saída deste processo de revisão, e garantir a sua publicação;

8º - colocar o novo texto em consulta pública, pelo prazo legal;

9º - aprovar a versão final dos Estatutos da Universidade do Minho, na sequência do termo daquela consulta.

10º - uma vez aprovada, informar a academia do teor desta proposta e do resultado da respectiva votação.

Braga, 6 de Junho de 2016

O Presidente do Conselho Geral

Álvaro Laborinho Lúcio





Universidade do Minho

# **Estatutos da Universidade do Minho**

## **ÍNDICE**

Preâmbulo.....	1
<b>Título I - Natureza, missão e princípios orientadores.....</b>	<b>3</b>
Artigo 1.º (Natureza) .....	3
Artigo 2.º (Missão e objetivos).....	3
Artigo 3.º (Princípios orientadores) .....	4
Artigo 4.º (Graus e títulos) .....	4
Artigo 5.º (Autonomia académica).....	4
Artigo 6.º (Autonomia científica).....	4
Artigo 7.º (Autonomia pedagógica) .....	4
Artigo 8.º (Autonomia cultural).....	5
Artigo 9.º (Autonomia disciplinar).....	5
Artigo 10.º (Constituição de pessoas coletivas).....	5
Artigo 11.º (Consórcios e acordos).....	5
Artigo 12.º (Sede e simbologia).....	5
<b>Título II – Projetos .....</b>	<b>6</b>
Artigo 13.º (Enquadramento) .....	6
Artigo 14.º (Projetos de investigação).....	6
Artigo 15.º (Projetos de ensino) .....	6
Artigo 16.º (Projetos de interação com a sociedade).....	6
<b>Título III - Governação e estrutura organizativa .....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo I - Modelo de governação e princípios de gestão .....</b>	<b>6</b>
Artigo 17.º (Governação e organização) .....	6
Artigo 18.º (Autonomia administrativa) .....	6
Artigo 19.º (Gestão e avaliação do desempenho) .....	7
Artigo 20.º (Autonomia financeira) .....	7
Artigo 21.º (Autonomia patrimonial).....	7
Artigo 22.º (Autonomia orçamental e receitas) .....	8
Artigo 23.º (Fundo da Universidade) .....	8
Artigo 24.º (Isenções tributárias) .....	8
Artigo 25.º (Transparência e publicidade) .....	8
<b>Capítulo II - Estrutura organizativa .....</b>	<b>9</b>
<b>Secção I - Órgãos da Universidade .....</b>	<b>9</b>
Artigo 26.º (Órgãos) .....	9
Artigo 27.º (Incompatibilidades e impedimentos).....	9
<b>Secção II - Conselho Geral .....</b>	<b>9</b>
Artigo 28.º (Definição).....	9
Artigo 29.º (Competências) .....	9
Artigo 30.º (Composição).....	11
Artigo 31.º (Eleição e cooptação).....	11
Artigo 32.º (Mandatos).....	11
Artigo 33.º (Independência e conflito de interesses) .....	12
Artigo 34.º (Presidente).....	12
Artigo 35.º (Reuniões).....	12

<b>Secção III – Reitor</b>	<b>12</b>
Artigo 36.º (Definição)	12
Artigo 37.º (Competências)	13
Artigo 38.º (Eleição do Reitor)	14
Artigo 39.º (Mandato do Reitor)	14
Artigo 40.º (Vice-Reitores)	14
Artigo 41.º (Pró-Reitores)	15
Artigo 42.º (Suspensão e destituição do Reitor)	15
Artigo 43.º (Dedicação exclusiva)	15
Artigo 44.º (Substituição do Reitor)	15
<b>Secção IV - Conselho de Gestão</b>	<b>15</b>
Artigo 45.º (Definição)	15
Artigo 46.º (Competências)	16
Artigo 47.º (Composição)	16
Artigo 48.º (Funcionamento)	16
<b>Secção V - Órgãos consultivos</b>	<b>16</b>
<b>Subsecção I - Senado Académico</b>	<b>16</b>
Artigo 49.º (Definição)	16
Artigo 50.º (Competências do Plenário)	16
Artigo 51.º (Composição do Plenário)	17
Artigo 52.º (Competências da Comissão Científica)	17
Artigo 53.º (Composição da Comissão Científica)	17
Artigo 54.º (Competências da Comissão Pedagógica)	18
Artigo 55.º (Composição da Comissão Pedagógica)	18
Artigo 56.º (Competências da Comissão de Planeamento)	18
Artigo 57.º (Composição da Comissão de Planeamento)	18
Artigo 58.º (Funcionamento)	19
<b>Subsecção II - Conselho Cultural</b>	<b>19</b>
Artigo 59.º (Definição)	19
Artigo 60.º (Competências)	19
Artigo 61.º (Composição)	20
Artigo 62.º (Funcionamento)	20
<b>Subsecção III - Conselho Disciplinar</b>	<b>20</b>
Artigo 63.º (Definição e competências)	20
Artigo 64.º (Composição)	20
Artigo 65.º (Mandatos)	20
Artigo 66.º (Funcionamento)	20
<b>Título IV – Unidades</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo I - Disposições gerais</b>	<b>21</b>
Artigo 67.º (Tipologia das Unidades)	21
<b>Capítulo II - Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação</b>	<b>21</b>
<b>Secção I – Unidades</b>	<b>21</b>
Artigo 68.º (Enquadramento)	21
Artigo 69.º (Criação de Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação)	21
Artigo 70.º (Enumeração e denominação das Unidades Orgânicas)	22
Artigo 71.º (Autonomia académica)	22
Artigo 72.º (Autonomia administrativa e competência de gestão)	22
Artigo 73.º (Participação nos recursos financeiros da Universidade)	23

Artigo 74.º (Auditoria e controlo) .....	23
Artigo 75.º (Modelo de governação e órgãos).....	23
Artigo 76.º (Conselho da Unidade) .....	23
Artigo 77.º (Competências do Conselho da Unidade).....	24
Artigo 78.º (Composição do Conselho da Unidade) .....	24
Artigo 79.º (Presidente da Unidade).....	24
Artigo 80.º (Competências do Presidente da Unidade) .....	24
Artigo 81.º (Eleição do Presidente da Unidade) .....	24
Artigo 82.º (Conselho Científico e Conselho Técnico-Científico).....	25
Artigo 83.º (Competências do Conselho Científico e Técnico-Científico).....	25
Artigo 84.º (Composição do Conselho Científico).....	25
Artigo 85.º (Composição do Conselho Técnico-Científico).....	26
Artigo 86.º (Conselho Pedagógico) .....	26
Artigo 87.º (Competências do Conselho Pedagógico).....	26
Artigo 88.º (Composição do Conselho Pedagógico) .....	27
Artigo 89.º (Conselho de Gestão).....	27
Artigo 90.º (Conselho Consultivo) .....	28
Artigo 91.º (Secretário) .....	28
<b>Secção II – Subunidades</b> .....	<b>28</b>
Artigo 92.º (Enquadramento) .....	28
<b>Subsecção I – Departamentos</b> .....	<b>29</b>
Artigo 93.º (Definição).....	29
Artigo 94.º (Órgãos dos Departamentos).....	29
Artigo 95.º (Competências do Conselho do Departamento) .....	29
Artigo 96.º (Composição do Conselho do Departamento) .....	29
Artigo 97.º (Funcionamento do Conselho do Departamento) .....	30
Artigo 98.º (Diretor do Departamento).....	30
Artigo 99.º (Departamentos de Unidades de Natureza Politécnica).....	30
<b>Subsecção II - Centros de Investigação</b> .....	<b>30</b>
Artigo 100.º (Centros de Investigação) .....	30
<b>Capítulo III - Unidades Orgânicas de Investigação</b> .....	<b>31</b>
Artigo 101.º (Enquadramento) .....	31
Artigo 102.º (Autonomia das Unidades Orgânicas de Investigação).....	31
Artigo 103.º (Criação de Unidades Orgânicas de Investigação).....	31
<b>Capítulo IV - Unidades Culturais</b> .....	<b>32</b>
Artigo 104.º (Unidades Culturais).....	32
<b>Capítulo V - Unidades de Serviços</b> .....	<b>32</b>
Artigo 105.º (Enquadramento) .....	32
Artigo 106.º (Administrador) .....	33
Artigo 107.º (Serviços de Ação Social).....	33
<b>Capítulo VI - Unidades Diferenciadas</b> .....	<b>34</b>
Artigo 108.º (Unidades Diferenciadas).....	34
<b>Capítulo VII - Organização dos projetos e articulação com as Unidades</b> .....	<b>34</b>
Artigo 109.º (Organização dos projetos de investigação) .....	34
Artigo 110.º (Organização dos projetos de ensino).....	34
Artigo 111.º (Direção e gestão dos projetos de ensino).....	34
Artigo 112.º (Organização dos projetos de interação com a sociedade).....	35



<b>Título V - Disposições complementares .....</b>	<b>35</b>
Artigo 113.º (Provedor do Estudante) .....	<b>35</b>
Artigo 114.º (Sistema de garantia da qualidade) .....	<b>35</b>
Artigo 115.º (Associação Académica).....	<b>36</b>
 <b>Título VI - Disposições finais e transitórias.....</b>	<b>36</b>
Artigo 116.º (Atuais órgãos da Universidade).....	<b>36</b>
Artigo 117.º (Atuais regulamentos).....	<b>36</b>
Artigo 118.º (Património imobiliário inicial) .....	<b>36</b>
Artigo 119.º (Revisão dos Estatutos).....	<b>36</b>
Artigo 120.º (Casos omissos e dúvidas) .....	<b>37</b>
Artigo 121º (Entrada em vigor dos Estatutos).....	<b>37</b>



Universidade do Minho

## **Estatutos da Universidade do Minho**

### **Preâmbulo**

1. A Universidade do Minho, criada pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto, adotou, desde o seu início, e para a prossecução dos seus objetivos, um modelo de organização designado por Grupos de Projeto, cuja malha básica constituía um sistema matricial envolvendo projetos – de ensino, de investigação e de serviços – e unidades de recursos. A respetiva estrutura orgânica foi materializada no Regulamento Interno Provisório, homologado por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, de 10 de Fevereiro de 1976, que vigorou durante o seu período de instalação, e se manteve, com as adaptações necessárias determinadas pelos órgãos de governo da Universidade, até à homologação dos seus estatutos, pelo Despacho Normativo n.º 80/89, do Ministro da Educação, publicado no *Diário da República* n.º 198, I Série, de 29 de Agosto de 1989.

2. Com a aprovação dos estatutos, elaborados ao abrigo da Lei n.º 108/88, de 24 de setembro (Lei da Autonomia Universitária), a Universidade do Minho manteve o modelo matricial e de gestão por objetivos, dotando-se de uma organização flexível, capaz de se adaptar à inovação e evolução do saber, e de prover à crescente interdisciplinaridade do conhecimento, bem como à racionalização da gestão dos recursos.

Os estatutos foram depois objeto de alterações, aprovadas pela Assembleia da Universidade, homologadas por Despachos normativos publicados nos *Diários da República*, 2ª série, n.º 296/1995 (26 de dezembro), n.º 41/1998 (18 de fevereiro), n.º 119/2000 (23 de maio) e n.º 40/2005 (25 de fevereiro).

Posteriormente, pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, foi estabelecido o regime jurídico para as Instituições de Ensino Superior, tendo a Universidade do Minho, em cumprimento da mesma, procedido à revisão dos seus estatutos, de modo a conformá-los com o novo regime legal. A versão revista dos estatutos foi homologada pelo Despacho normativo n.º 61/2008, publicado no *Diário da República*, 2ª série, n.º 236, de 5 de dezembro de 2008.

Entretanto, mediante proposta do Reitor, o Conselho Geral requereu a transformação da Universidade do Minho em fundação pública de regime de direito privado, vindo esta a ser prevista pelo Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, que integra, em anexo, os respetivos Estatutos. Impondo-se, assim, a adequação dos Estatutos da Universidade do Minho, enquanto estabelecimento de ensino, ao novo modelo, o Conselho Geral aprovou a correspondente revisão, que assenta, no essencial, na sua conformação com a realidade resultante do atual quadro legal, em particular, no que respeita ao regime patrimonial e financeiro, e à organização e funcionamento dos órgãos de governo, atentas as competências do Conselho de Curadores e a reconfiguração das atribuições do fiscal único, previstas nos estatutos da fundação.

3. Assim, e no contexto da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, os presentes estatutos, tendo em conta a experiência acumulada e a realidade da Instituição, enquadram um novo modelo de Universidade adequado aos desafios do espaço europeu de ensino superior e de investigação. Este modelo considera a necessidade de reforçar a articulação entre a orientação estratégica da Universidade e as suas políticas, desenvolvidas pelos órgãos de governo previstos no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, e a orientação estratégica das suas Unidades, no âmbito das respetivas autonomias.

Para o cumprimento da sua missão, a Universidade assume-se como Universidade de Projetos, valorizando a cultura e a experiência construída em muitos anos de vivência do modelo matricial. As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação, designadas por Escolas ou Institutos, são as estruturas basilares de desenvolvimento daqueles projetos, que, para o efeito, adotam um modelo de organização e gestão capaz de propiciar abordagens multidisciplinares e garantir uma utilização racional de recursos.

A existência de um Senado Académico, como órgão de consulta em matérias definidas pelos estatutos, garante condições de coesão e de coordenação científica e pedagógica da Universidade, e de participação das suas Unidades Orgânicas. O Conselho Cultural dá continuidade a uma tradição própria da Universidade e visa assegurar o cumprimento de funções relevantes em matéria de política cultural e de coordenação das Unidades Culturais da Universidade.

Numa época em que o conhecimento se tornou uma das bases principais do desenvolvimento cultural e socioeconómico, são precisamente as Universidades os espaços por excelência de criação, difusão de conhecimento e inovação. Neste sentido, a Universidade do Minho assume tais ditames como sua missão indeclinável – geração, difusão e aplicação do conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, visando uma sociedade mais justa e democrática –, cujo desígnio prossegue como Universidade de Projetos, valorizando a cultura e experiência construídas em muitos anos de vivência do modelo matricial, com as necessárias adaptações ditadas, quer pelo novo enquadramento jurídico, quer pela necessidade de prover a Instituição de uma organização para melhor cumprir as exigências que lhe são cometidas.

A Universidade do Minho assume-se como agente privilegiado do desenvolvimento cultural e socioeconómico da região em que se insere, mobilizando para esse efeito a sua vocação universalista e cosmopolita. Ademais, os seus *campi* são espaços de incremento da sua missão e de valorização do labor de ensino e de investigação, tornando-se polos de criatividade e de atração de estudantes, professores e investigadores. Deste modo, como universidade completa que é, assumindo-se como centro de investigação, de construção e consolidação do conhecimento no espaço europeu de ensino superior, nas mais variadas áreas científicas – ciências humanas e sociais, artes, ciências e tecnologias –, vem consequentemente aferindo a realização dos seus objetivos por exigentes padrões internacionais.

# **Título I**

## **Natureza, missão e princípios orientadores**

### **Artigo 1.º** **(Natureza)**

1. A Universidade do Minho, doravante designada abreviadamente por *Universidade*, é uma fundação pública com regime de direito privado, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar.

2. As suas Unidades Orgânicas podem ser dotadas de autonomia científica, pedagógica, cultural, administrativa e financeira, nos termos dos presentes Estatutos.

### **Artigo 2.º** **(Missão e objetivos)**

1. A Universidade tem como missão gerar, difundir e aplicar conhecimento, assente na liberdade de pensamento e na pluralidade dos exercícios críticos, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em princípios humanistas, que tenha o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade.

2. O cumprimento da missão referida no número anterior é realizado num quadro de referência internacional, com base na centralidade da investigação e da sua estreita articulação com o ensino, mediante a prossecução dos seguintes objetivos:

a) a formação humana ao mais alto nível, nas suas dimensões ética, cultural, científica, artística, técnica e profissional, através de uma oferta educativa diversificada, da criação de um ambiente educativo adequado, da valorização da atividade dos seus docentes, investigadores e pessoal não docente e não investigador, e da educação pessoal, social, intelectual e profissional dos seus estudantes, contribuindo para a formação ao longo da vida e para o exercício de uma cidadania ativa e responsável;

b) a realização de investigação e a participação em instituições e eventos científicos, promovendo a busca permanente da excelência, a criatividade como fonte de propostas e soluções inovadoras e diferenciadoras, bem como a procura de respostas aos grandes desafios da sociedade;

c) a transferência, o intercâmbio e a valorização dos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos, através do desenvolvimento de soluções aplicacionais, da prestação de serviços à comunidade, da realização de ações de formação contínua e do apoio ao desenvolvimento, numa base de valorização recíproca e de promoção do empreendedorismo;

d) a promoção de atividades que possibilitem o acesso e a fruição de bens culturais por todas as pessoas e grupos, internos e externos à Universidade;

e) o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições e organismos nacionais e estrangeiros, através da mobilidade de estudantes, docentes e pessoal não docente e não investigador, do desenvolvimento de programas educacionais e da investigação com base em parcerias, da contribuição para a cooperação internacional, com especial destaque para os países europeus e de língua oficial portuguesa, e da construção de um ambiente multilinguístico na Universidade;

f) a interação com a sociedade, através de contribuições para a compreensão pública da cultura, da análise e da apresentação de soluções para os principais problemas do quotidiano, e de parcerias para o desenvolvimento social e económico, nos contextos regional, nacional ou internacional;

g) a contribuição para o desenvolvimento social e económico da região em que se insere e para o conhecimento, defesa e divulgação do seu património natural e cultural;

h) a promoção da sua sustentabilidade institucional e da sua competitividade no espaço global.



**Artigo 3.º**  
**(Princípios orientadores)**

1. A Universidade cumpre a sua missão e prossegue os seus objetivos baseada no respeito pela dignidade da pessoa humana e na sua promoção, interditando qualquer espécie de tratamento desumano.

2. A Universidade respeita os princípios da igualdade, da participação democrática, do pluralismo de opiniões e de orientações, garantindo as liberdades de aprender, ensinar e investigar.

3. A Universidade desenvolve o seu labor impregnada por uma cultura de qualidade fundada na responsabilidade, na eficácia da sua ação e na prevalência do interesse geral.

**Artigo 4.º**  
**(Graus e títulos)**

1. A Universidade, no cumprimento da sua missão, confere os graus de licenciado, mestre e doutor, o título de professor agregado e outros certificados e diplomas, bem como a equivalência e o reconhecimento de graus e habilitações académicas.

2. A Universidade confere ainda graus e títulos honoríficos, designadamente o grau de doutor *honoris causa*.

**Artigo 5.º**  
**(Autonomia académica)**

1. A Universidade, no exercício da autonomia académica, define a sua missão, os seus objetivos e os seus projetos de ensino, de investigação e de interação com a sociedade, de forma a contribuir para o avanço do conhecimento, a qualidade da formação dos seus estudantes e o desenvolvimento do meio em que se insere.

2. A autonomia académica da Universidade exerce-se nos domínios científico, pedagógico, cultural e disciplinar, com responsabilidade social e pautada por valores éticos.

**Artigo 6.º**  
**(Autonomia científica)**

1. Compete à Universidade definir, programar e executar livremente os seus projetos de investigação e demais atividades científicas, sem prejuízo dos critérios e procedimentos de financiamento público da investigação.

2. No âmbito da autonomia científica, compete à Universidade estabelecer a sua política institucional de investigação e desenvolvimento, definindo prioridades em termos dos seus contributos para o avanço do conhecimento, a qualidade da sua oferta educativa e o aprofundamento da interação com a sociedade.

3. Para a prossecução cabal dos objetivos da investigação, os orçamentos dos projetos de investigação são consignados.

**Artigo 7.º**  
**(Autonomia pedagógica)**

1. Compete à Universidade aprovar a criação, modificação ou extinção de ciclos de estudos e de cursos não conducentes a grau, bem como elaborar os respetivos planos de estudos, definir o objeto das unidades curriculares, decidir os métodos de ensino e aprendizagem, afetar os recursos e escolher os processos de avaliação de conhecimentos.

2. A autonomia pedagógica tem como princípio subjacente a liberdade de ensinar e aprender, nomeadamente a liberdade intelectual dos professores e dos estudantes nos processos de ensino e aprendizagem, observando-se os valores de independência, rigor de pensamento e pluralismo de opiniões.

3. A decisão sobre a criação, modificação ou extinção de ciclos de estudos compete aos órgãos de governo, envolvendo os órgãos de consulta, designadamente o Senado Académico, e as Unidades Orgânicas.

### **Artigo 8.º** **(Autonomia cultural)**

1. Compete à Universidade definir livremente as suas políticas, programas e iniciativas culturais, sem outras restrições para além das que resultam da Constituição, da lei e das convenções internacionais.

2. A Universidade, sem perda da autonomia referida no número anterior, pode interligar os seus programas culturais com programas congéneres, promovidos por outras instituições ou organismos, públicos ou privados.

3. Na sua ação cultural, a Universidade promove a democratização do acesso aos bens culturais.

### **Artigo 9.º** **(Autonomia disciplinar)**

1. A autonomia disciplinar exerce-se segundo regulamento próprio da Universidade, nos termos da lei e dos presentes Estatutos, num quadro de referência que valoriza os princípios da vida académica, designadamente a independência, o rigor e a honestidade intelectual, a responsabilidade, a ética do trabalho e o respeito pela dignidade humana.

2. A ação disciplinar em relação aos estudantes é enquadrada por um código de conduta académica e obedece a um regulamento disciplinar, aprovados pelo Reitor, ouvido o Senado Académico.

3. O poder disciplinar pertence ao Reitor, para o efeito assessorado por um Conselho Disciplinar, podendo ser delegado nos Presidentes das Unidades Orgânicas, sem prejuízo do direito de recurso para o Reitor.

### **Artigo 10.º** **(Constituição de pessoas coletivas)**

A Universidade, para a realização dos seus objetivos, pode constituir ou participar na constituição de pessoas coletivas, nos termos da lei.

### **Artigo 11.º** **(Consórcios e acordos)**

A Universidade, diretamente por si ou através das suas Unidades Orgânicas, pode estabelecer consórcios, convénios, contratos, protocolos e outros acordos, com instituições públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais.

### **Artigo 12.º** **(Sede e simbologia)**

1. A Universidade tem a sua sede na cidade de Braga, dispõe de polos nas cidades de Braga e Guimarães, e pode, se necessário para a realização dos seus fins, criar polos em outras localidades, nos termos da lei.

2. Os polos da Universidade do Minho podem integrar uma ou várias Unidades Orgânicas e desenvolver atividades de natureza universitária e politécnica.

3. A Universidade adota as cores branca e vermelha.

4. A Universidade adota emblemática, hino e traje professoral próprios.

5. O dia da Universidade é o dia 17 de fevereiro.

## **Título II**

### **Projetos**

#### **Artigo 13.º** **(Enquadramento)**

Projetos são atividades desenvolvidas pela Universidade, visando a realização da sua missão e objetivos, que, consoante a sua finalidade dominante, podem ser:

- a) Projetos de investigação;
- b) Projetos de ensino;
- c) Projetos de interação com a sociedade.

#### **Artigo 14.º** **(Projetos de investigação)**

Consideram-se projetos de investigação as atividades de investigação científica ou científico-tecnológica, com objetivos específicos, de duração limitada e com execução programada no tempo.

#### **Artigo 15.º** **(Projetos de ensino)**

Consideram-se projetos de ensino os ciclos de estudos conducentes à obtenção de graus e cursos não conferentes de grau, previstos no mapa da oferta educativa da Universidade.

#### **Artigo 16.º** **(Projetos de interação com a sociedade)**

Os projetos de interação com a sociedade constituem ações desenvolvidas pela Universidade, integradas na sua missão, não inseridas diretamente no âmbito do ensino ou investigação formais, visando a satisfação de interesses ou necessidades da comunidade, num quadro de reciprocidade.

## **Título III**

### **Governança e estrutura organizativa**

#### **Capítulo I** **Modelo de governação e princípios de gestão**

#### **Artigo 17.º** **(Governança e organização)**

1. O governo da Universidade baseia-se nos princípios da participação, democraticidade, descentralização, autonomia e pública prestação de contas.

2. A Universidade adota um modelo organizacional de base matricial, que promove a interação entre as suas Unidades, com vista à realização dos projetos que concretizem a sua missão e objetivos, assegurando a eficiência na utilização dos seus meios e recursos.

#### **Artigo 18.º** **(Autonomia administrativa)**

1. A Universidade é titular de autonomia administrativa, podendo emanar regulamentos, praticar atos administrativos definitivos e celebrar contratos administrativos.

2. A autonomia administrativa da Universidade abrange designadamente:
  - a) a gestão corrente dos seus assuntos próprios;
  - b) o recrutamento e a atribuição de tarefas ao seu pessoal;
  - c) a sua organização interna e a dos seus serviços.
3. A Universidade pode admitir pessoal em regime de direito privado e em regime de contrato de trabalho em funções públicas, bem como criar carreiras próprias, nos termos da lei.
4. Para além do pessoal referido nos Estatutos das carreiras docente universitária, politécnica e de investigação, e nos mapas de pessoal, a Universidade pode contratar, nos termos definidos por lei, individualidades nacionais e estrangeiras para o exercício de funções docentes ou de investigação, bem como outro pessoal para o desempenho de atividades necessárias ao seu funcionamento.

#### **Artigo 19.º** **(Gestão e avaliação do desempenho)**

A Universidade tem a faculdade de proceder a adaptações ao regime estabelecido para a gestão e avaliação do desempenho da administração pública, nos termos da lei, em razão das atribuições e organização dos serviços, das carreiras do seu pessoal ou das necessidades da sua gestão.

#### **Artigo 20.º** **(Autonomia financeira)**

A Universidade é titular de autonomia financeira, dispondo de património, orçamento e receitas próprias.

#### **Artigo 21.º** **(Autonomia patrimonial)**

1. No âmbito da autonomia patrimonial a Universidade dispõe do seu património sem outras limitações além das estabelecidas na lei e nos presentes Estatutos.
2. Constitui património da Universidade o conjunto de bens e direitos de que é titular e os que, pelo Estado ou outras entidades, públicas ou privadas, sejam afetados à realização da sua missão e à prossecução dos seus objetivos.
3. O património da Universidade é, designadamente, constituído por:
  - a) bens imóveis, bens móveis, direitos da propriedade intelectual, direitos e obrigações de conteúdo económico, submetidos ao comércio jurídico privado, afetos à realização dos seus fins, e adquiridos pela Universidade com os rendimentos dos respetivos bens próprios;
  - b) subsídios, fundos, contribuições, donativos, heranças, legados, cedências, doações em cumprimento ou doações de entidades públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras;
  - c) contributos do Estado com recursos suplementares.
4. Constitui também património da Universidade o conjunto dos seus elementos simbólicos, cujo uso está subordinado ao princípio do benefício comum.
5. Os espaços da Universidade estão sujeitos ao princípio de uso comum e gratuito, apenas podendo ser estabelecido o seu uso privativo e oneroso nas condições expressamente previstas em regulamento próprio.
6. Impende sobre todos os que usufruem do património da Universidade, designadamente professores, investigadores, estudantes e pessoal não docente e não investigador, o dever de o conservar e defender.



**Artigo 22.º**  
**(Autonomia orçamental e receitas)**

1. O orçamento da Universidade está sujeito aos princípios da anualidade, unidade, universalidade, especificação, equilíbrio e publicidade.
2. O orçamento da Universidade é aprovado nos termos dos presentes Estatutos.
3. Constituem receitas da Universidade as dotações orçamentais anuais que lhe forem atribuídas pelo Estado e as receitas provenientes de contratos de financiamento plurianual celebrados com o Estado.
4. Constituem, designadamente, receitas próprias da Universidade:
  - a) as receitas provenientes do pagamento de propinas e outras taxas de frequência de ciclos de estudos e outras ações de formação;
  - b) as receitas provenientes de atividades de investigação e desenvolvimento;
  - c) os rendimentos da propriedade intelectual;
  - d) os rendimentos de bens próprios ou de que tenha a fruição;
  - e) as receitas derivadas da prestação de serviços, da emissão de pareceres e da venda de publicações e de outros produtos da sua atividade;
  - f) os subsídios e contribuições, regulares ou ocasionais, subvenções, comparticipações, doações, heranças e legados provenientes de quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
  - g) o produto da venda ou arrendamento de bens imóveis, quando autorizados por lei, bem como de outros bens;
  - h) os juros de contas de depósitos e a remuneração de outras aplicações financeiras;
  - i) os saldos da conta de gerência de anos anteriores;
  - j) o produto de taxas, emolumentos, multas, coimas e quaisquer outras receitas que legalmente lhe advenham;
  - k) o produto de empréstimos contraídos;
  - l) outras receitas previstas na lei.

**Artigo 23º**  
**(Fundo da Universidade)**

A Universidade promove a constituição de um fundo autónomo, do qual é titular, financiado por doações, heranças ou legados e contribuições voluntárias de antigos estudantes, com o objetivo de apoiar a realização de projetos de investimento de interesse estratégico para a Universidade.

**Artigo 24.º**  
**(Isenções tributárias)**

A Universidade e as suas Unidades estão isentas, nos mesmos termos que o Estado, de impostos, taxas, custas, emolumentos e selos.

**Artigo 25.º**  
**(Transparência e publicidade)**

1. Sem prejuízo das formas legalmente exigidas, os atos deliberativos emanados por todos os órgãos devem ser adequadamente publicitados pela Universidade.
2. A Universidade publica, na sua página oficial na internet:
  - a) as tabelas respeitantes às suas carreiras próprias;
  - b) as remunerações dos titulares dos seus órgãos de gestão e de governo;
  - c) os ativos de que dispõe;
  - d) as dívidas e compromissos plurianuais que assume.

## **Capítulo II**

### **Estrutura organizativa**

#### **Secção I**

#### **Órgãos da Universidade**

##### **Artigo 26.º**

##### **(Órgãos)**

1. O governo da Universidade é exercido pelos seguintes órgãos:
  - a) Conselho Geral;
  - b) Reitor;
  - c) Conselho de Gestão.
2. Aos órgãos de governo compete dirigir a Universidade na sua atividade científica, pedagógica, cultural e de interação com a sociedade, bem como assegurar o planeamento e a gestão administrativa e financeira da Instituição.
3. A Universidade tem os seguintes órgãos de consulta:
  - a) Senado Académico;
  - b) Conselho Cultural;
  - c) Conselho Disciplinar.
4. Compete aos órgãos de consulta aconselhar o Conselho Geral e o Reitor no desempenho das suas funções e emitir pareceres nos termos dos presentes Estatutos.

##### **Artigo 27.º**

##### **(Incompatibilidades e impedimentos)**

1. Os titulares e os membros dos órgãos de governo e de gestão da Universidade estão exclusivamente ao serviço do interesse público e são independentes no exercício das suas funções.
2. O Reitor, Vice-Reitores, Pró-Reitores, Presidentes e Vice-Presidentes das Unidades Orgânicas e Diretores das Subunidades não podem pertencer a quaisquer órgãos de governo ou de gestão de outras instituições de ensino superior, público ou privado.
3. A verificação de qualquer incompatibilidade acarreta a perda do mandato e a inelegibilidade para os cargos previstos no número anterior, durante o período de quatro anos.

#### **Secção II**

#### **Conselho Geral**

##### **Artigo 28.º**

##### **(Definição)**

O Conselho Geral é o órgão colegial máximo de governo e de decisão estratégica da Universidade, integrando representantes dos seus corpos e personalidades externas, vinculando a sua ação à realização da missão da Universidade e à prossecução do interesse público.

##### **Artigo 29.º**

##### **(Competências)**

1. Compete ao Conselho Geral:
  - a) eleger o seu Presidente, por maioria absoluta, de entre os seus membros externos;
  - b) aprovar o seu regimento;

c) aprovar as alterações dos Estatutos da Universidade, nos termos da lei e dos presentes Estatutos;

d) organizar o procedimento de eleição e eleger o Reitor, nos termos da lei, dos presentes Estatutos e do regulamento aplicável;

e) apreciar os atos do Reitor e do Conselho de Gestão;

f) propor ao Governo as personalidades a nomear para o Conselho de Curadores;

g) designar o Provedor do Estudante;

h) propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da Universidade;

i) desempenhar as demais funções previstas na lei ou nos presentes Estatutos.

**2. Compete ao Conselho Geral, sob proposta do Reitor:**

a) aprovar o plano estratégico de médio prazo e o plano de ação para o quadriénio do mandato do Reitor;

b) aprovar as linhas gerais de orientação da Universidade nos planos científico, pedagógico, financeiro e patrimonial;

c) criar, transformar ou extinguir Unidades e Subunidades Orgânicas;

d) aprovar os planos anuais de atividades da Universidade e apreciar os respetivos relatórios;

e) aprovar a proposta de orçamento;

f) aprovar as contas anuais consolidadas, acompanhadas do parecer do Fiscal Único;

g) fixar as propinas devidas pelos estudantes;

h) aprovar a criação ou a participação da Universidade nas entidades referidas nos artigos 10.º e 11.º;

i) aprovar os Estatutos dos Serviços de Ação Social;

j) aprovar os Estatutos e o regulamento de gestão do Fundo da Universidade, colhido o parecer favorável do Conselho de Curadores;

k) aprovar a mobilização do património do Fundo, de acordo com o previsto na lei;

l) aprovar o plano de investimento em ativos imobilizados necessários à atividade da Universidade;

m) aprovar propostas de contratos-programa com as Unidades Orgânicas;

n) propor ao Conselho de Curadores a aquisição ou alienação de património imobiliário da Universidade, bem como as operações de crédito;

o) pronunciar-se sobre os restantes assuntos que lhe forem apresentados pelo Reitor.

**3.** As deliberações a que se referem as alíneas a) a d) e f) do n.º 2 são obrigatoriamente precedidas pela apreciação de um parecer, a elaborar e aprovar pelos seus membros externos.

**4.** As deliberações referentes às alíneas a), b), c), d, e) e f) do número 2 são sujeitas a homologação do Conselho de Curadores.

**5.** As deliberações do Conselho Geral são aprovadas por maioria absoluta dos membros presentes, ressalvados os casos em que a lei ou os presentes Estatutos requeiram maioria mais exigente.

**6.** Requerem maioria qualificada de dois terços as decisões seguintes:

a) a suspensão ou a destituição do Reitor;

b) a destituição de seus membros;

c) o previsto na alínea c) do n.º 2.

**7.** O Conselho Geral pode delegar no seu Presidente as competências previstas na alínea h) do n.º 2.

**8.** O Conselho Geral, através do Reitor e do Fiscal Único, tem acesso às informações, esclarecimentos e documentação da Universidade que considere necessários ao exercício das suas competências.

9. Em todas as matérias da sua competência, o Conselho Geral pode solicitar pareceres a outros órgãos da Universidade, nomeadamente aos órgãos de natureza consultiva e às Unidades Orgânicas, bem como a entidades externas.

### **Artigo 30.º (Composição)**

1. O Conselho Geral tem a seguinte composição:
  - a) doze representantes de professores e investigadores;
  - b) quatro representantes de estudantes;
  - c) um representante do pessoal não docente e não investigador;
  - d) seis personalidades externas de reconhecido mérito, com conhecimentos e experiência relevantes para a Universidade.
2. Para efeitos da alínea a) do n.º 1, consideram-se professores e investigadores os professores e investigadores de carreira universitária e politécnica, e os doutores que exercem funções docentes e ou de investigação na Universidade, em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, qualquer que seja a natureza do seu vínculo laboral.

### **Artigo 31.º (Eleição e cooptação)**

1. Os membros do Conselho Geral a que se referem as alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo anterior são eleitos, respetivamente, pelo conjunto dos seus pares.
2. As eleições referidas no número anterior são efetuadas através do sistema de representação proporcional, sendo os lugares repartidos pelas listas concorrentes de acordo com o método de Hondt, nos termos de regulamento próprio a aprovar pelo Conselho Geral.
3. As personalidades a que se refere a alínea d) do artigo anterior são cooptadas pelo conjunto dos membros eleitos, por maioria absoluta, nos termos de regulamento específico, com base em propostas fundamentadas subscritas por, pelo menos, um terço daqueles membros.
4. Os procedimentos necessários às eleições dos membros e à cooptação das personalidades externas são desencadeados pelo Conselho Geral, antes do termo do respetivo mandato, sendo os últimos circunscritos aos membros eleitos.
5. As convocatórias das reuniões e a condução dos trabalhos até à eleição de novo Presidente são asseguradas pelo Presidente cessante, com exceção dos procedimentos relativos à cooptação das personalidades externas, previstos nos números anteriores.

### **Artigo 32.º (Mandatos)**

1. O mandato dos membros eleitos e cooptados é de quatro anos, exceto no caso dos estudantes, em que é de dois anos.
2. Nenhum membro do Conselho Geral pode ser destituído, salvo pelo próprio Conselho Geral, em caso de falta grave, nos termos do seu regimento.
3. Os membros eleitos pelo respetivo corpo cessam o seu mandato quando, por alguma razão, deixem de pertencer ao corpo que representam.
4. Em caso de vacatura ou cessação de mandato, a substituição é assegurada, no caso dos membros referidos nas alíneas a), b) e c) do artigo 30.º, pelo primeiro candidato eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista e, no caso dos membros cooptados, pelo membro seguinte na ordenação estabelecida na respetiva ata de apuramento.
5. Em caso de vacatura do cargo de qualquer membro, o novo membro completa o mandato do substituído.
6. O Conselho Geral cessa funções com a tomada de posse dos novos membros.

**Artigo 33.º**  
**(Independência e conflito de interesses)**

1. Os membros do Conselho Geral não podem fazer parte de outro órgão de governo da Universidade, nem do Senado Académico.

2. Os membros cooptados do Conselho Geral não podem exercer funções nos órgãos de governo de outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras.

3. O mandato dos membros do Conselho Geral que se apresentem como candidatos à eleição para Reitor, bem como o dos membros integrantes da candidatura, como Vice-Reitores ou Pró-Reitores, é suspenso durante todo o processo eleitoral, sendo a sua substituição temporariamente assegurada nos termos do disposto no n.º 4 do artigo anterior.

4. Os membros do Conselho Geral não representam grupos nem interesses setoriais e são independentes no exercício das suas funções.

**Artigo 34.º**  
**(Presidente)**

1. Compete ao Presidente do Conselho Geral:

- a) representar o Conselho Geral;
- b) convocar e presidir às reuniões, com voto de qualidade;
- c) verificar as vagas no Conselho e promover os procedimentos conducentes à designação de novos membros;
- d) dar posse aos membros do novo Conselho Geral;
- e) dar posse ao Reitor;
- f) dar posse ao Provedor do Estudante.

2. Cabem ainda ao Presidente do Conselho Geral as competências constantes do regimento.

3. O Presidente não interfere no exercício de competências dos demais órgãos da Universidade.

**Artigo 35.º**  
**(Reuniões)**

1. O Conselho Geral reúne, ordinariamente, quatro vezes por ano e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente, por sua iniciativa ou a pedido do Reitor ou de um terço dos seus membros.

2. Anualmente, uma das reuniões do Conselho Geral é pública.

3. O Reitor participa nas reuniões, sem direito a voto.

4. O Conselho pode, nos termos do seu regimento, convidar para as suas reuniões, sem direito a voto, membros da Universidade e elementos externos para se pronunciarem sobre matérias da sua especialidade.

**Secção III**  
**Reitor**

**Artigo 36.º**  
**(Definição)**

O Reitor é o órgão uninominal que superiormente dirige e representa a Universidade.



## **Artigo 37.º**

### **(Competências)**

#### **1. Compete ao Reitor:**

- a)** elaborar e apresentar ao Conselho Geral as seguintes propostas:
  - i)** plano estratégico de médio prazo e plano de ação para o quadriénio do seu mandato;
  - ii)** linhas gerais de orientação da Universidade no plano científico e pedagógico;
  - iii)** plano anual de atividades e respetivo relatório;
  - iv)** orçamento e contas anuais consolidadas, acompanhadas do parecer do Fiscal Único;
  - v)** aquisição ou alienação de património imobiliário da Universidade, e de operações de crédito;
  - vi)** criação, transformação ou extinção de Unidades e Subunidades Orgânicas, Unidades Culturais, de serviços e diferenciadas;
  - vii)** propinas devidas pelos estudantes.
- b)** aprovar a criação, suspensão e extinção de ciclos de estudos;
- c)** aprovar os valores máximos de novas admissões e de inscrições de estudantes, nos termos da lei;
- d)** superintender na gestão académica, decidindo, designadamente, quanto à abertura de concursos, à nomeação e contratação de pessoal, a qualquer título, e à designação dos júris de concursos e de provas de doutoramento e de agregação;
- e)** aprovar os sistemas de autoavaliação da Universidade e de avaliação dos docentes e investigadores, bem como do pessoal não docente e não investigador;
- f)** promover a obtenção dos meios financeiros necessários ao bom funcionamento da Universidade;
- g)** prover as Unidades Orgânicas com recursos financeiros adequados, salvaguardada a necessidade de garantir mecanismos de coesão;
- h)** atribuir apoios aos estudantes no quadro da ação social escolar, nos termos da lei;
- i)** aprovar a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
- j)** conceder o estatuto de professor emérito;
- k)** instituir prémios escolares;
- l)** homologar os Estatutos das Unidades Orgânicas, após verificação da sua legalidade e da sua conformidade com os Estatutos e Regulamentos da Universidade do Minho;
- m)** homologar as eleições dos membros dos órgãos de governo das Unidades Orgânicas, só o podendo recusar com base em ilegalidade, e dar-lhes posse;
- n)** nomear e exonerar, nos termos da lei e dos presentes Estatutos, os dirigentes das Unidades Culturais e Unidades diferenciadas, observados os respetivos regulamentos;
- o)** superintender os Serviços de Ação Social;
- p)** nomear e exonerar, nos termos da lei e dos presentes Estatutos, o Administrador e os dirigentes dos serviços da Universidade;
- q)** exercer o poder disciplinar, em conformidade com o disposto na lei e nos presentes Estatutos;
- r)** assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelos órgãos de governo da Universidade;
- s)** aprovar os regulamentos previstos na lei e nos Estatutos, designadamente, os regulamentos eleitorais dos órgãos de governo das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação e os regulamentos gerais em matéria pedagógica, sem prejuízo do poder regulamentar das Unidades Orgânicas no âmbito das suas competências próprias;

- t) reafectar recursos humanos e financeiros entre Unidades e Subunidades, se necessário, tendo em consideração parecer prévio do Conselho Geral e audição do Senado;
  - u) velar pela observância das leis, dos Estatutos e dos regulamentos;
  - v) propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da Universidade;
  - w) comunicar ao ministro da tutela todos os dados necessários ao exercício desta, designadamente os planos e orçamentos e os relatórios de atividades e contas;
  - x) tomar as medidas necessárias à garantia da qualidade do ensino e da investigação na Universidade e nas suas Unidades Orgânicas;
  - y) desempenhar as demais funções previstas na lei.
2. Cabem ainda ao Reitor todas as competências que por lei ou pelos presentes Estatutos não sejam atribuídas a outros órgãos da Instituição.
  3. A decisão sobre as matérias a que se referem as alíneas a.iii), a.vi) e a.vii), b), c), i), j) e k) do n.º 1 é precedida de consulta obrigatória ao Senado Académico.
  4. O Reitor pode delegar nos órgãos de governo das Unidades Orgânicas as competências que se revelarem necessárias a uma gestão mais eficiente e descentralizada.
  5. O Reitor é coadjuvado por Vice-Reitores e Pró-Reitores, nos quais pode delegar ou subdelegar parte das suas competências.
  6. O Reitor é assessorado por um Chefe de Gabinete, por si livremente nomeado e exonerado.

### **Artigo 38.º** **(Eleição do Reitor)**

1. O Reitor é eleito pelo Conselho Geral nos termos estabelecidos pelos presentes Estatutos e segundo o procedimento previsto no regulamento que para o efeito aprova.
2. O procedimento de eleição inclui, designadamente:
  - a) o anúncio público da abertura de candidaturas;
  - b) a apresentação de candidaturas;
  - c) a audição pública dos candidatos, com apresentação e discussão do seu programa de ação;
  - d) a votação final do Conselho Geral, por maioria, por voto secreto.
3. Podem ser candidatos a Reitor professores ou investigadores doutorados da Universidade ou de outras instituições de ensino universitário ou de investigação, nacionais ou estrangeiras.
4. Não pode ser eleito Reitor:
  - a) quem se encontre na situação de aposentado;
  - b) quem tenha sido condenado por infração disciplinar, financeira ou penal no exercício de funções públicas ou profissionais, nos quatro anos subsequentes ao cumprimento da pena;
  - c) quem incorra noutras inelegibilidades previstas na lei.
5. O resultado da eleição é submetido a homologação do Conselho de Curadores.

### **Artigo 39.º** **(Mandato do Reitor)**

1. O mandato do Reitor tem a duração de quatro anos, podendo ser renovado uma única vez, nos termos dos presentes Estatutos.
2. Em caso de cessação antecipada do mandato, o novo Reitor inicia novo mandato.

### **Artigo 40.º** **(Vice-Reitores)**

1. O Reitor é coadjuvado, nos termos dos presentes Estatutos, por Vice-Reitores, até um máximo de quatro.

2. Os Vice-Reitores são escolhidos e nomeados pelo Reitor de entre os professores ou investigadores da Universidade.

3. Os Vice-Reitores podem ser exonerados a todo o tempo pelo Reitor e o seu mandato cessa com a cessação do mandato deste.

#### **Artigo 41.º**

##### **(Pró-Reitores)**

1. O Reitor pode ainda ser coadjuvado por Pró-Reitores, no máximo de cinco, por ele livremente escolhidos e nomeados, podendo ser exteriores à Universidade.

2. Os Pró-Reitores desenvolverão as suas atividades, por delegação do Reitor, em tarefas específicas.

#### **Artigo 42.º**

##### **(Suspensão e destituição do Reitor)**

1. Em situação de gravidade para a vida da Universidade, o Conselho Geral, convocado pelo Presidente ou por um terço dos seus membros, pode deliberar, por maioria de dois terços dos seus membros, a suspensão do Reitor e, após o devido procedimento administrativo, por idêntica maioria, a sua destituição.

2. A deliberação de destituição do Reitor carece de homologação do Conselho de Curadores.

#### **Artigo 43.º**

##### **(Dedicação exclusiva)**

1. O cargo de Reitor é exercido em regime de dedicação exclusiva.

2. Quando sejam docentes ou investigadores da Universidade, o Reitor e Vice-Reitores ficam dispensados da prestação de serviço docente ou de investigação, sem prejuízo de, por sua iniciativa, o poderem prestar.

#### **Artigo 44.º**

##### **(Substituição do Reitor)**

1. Quando se verifique a incapacidade temporária do Reitor, bem como nas suas ausências e impedimentos, assume as suas funções o Vice-Reitor por ele designado ou, não sendo possível, o Vice-Reitor mais antigo.

2. Caso a situação de incapacidade se prolongue por mais de 90 dias, o Conselho Geral deve pronunciar-se acerca da conveniência da eleição de um novo Reitor.

3. Em caso de vacatura, de renúncia ou de incapacidade permanente do Reitor, deve o Conselho Geral determinar a abertura do procedimento de eleição de um novo Reitor no prazo máximo de oito dias.

4. Durante a vacatura do cargo de Reitor, bem como no caso de suspensão, nos termos do artigo 42.º, será aquele exercido interinamente pelo Vice-Reitor escolhido pelo Conselho Geral ou, na sua impossibilidade, por um professor ou investigador da Universidade, escolhido pelo mesmo órgão.

### **Secção IV**

#### **Conselho de Gestão**

#### **Artigo 45.º**

##### **(Definição)**

O Conselho de Gestão é o órgão colegial que conduz a gestão administrativa, patrimonial e financeira da Universidade, bem como a gestão dos seus recursos humanos.

**Artigo 46.º**  
**(Competências)**

1. Compete ao Conselho de Gestão conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira da Universidade, bem como a gestão dos recursos humanos, sendo-lhe aplicável a legislação em vigor para os organismos públicos dotados de autonomia administrativa.

2. Compete ainda ao Conselho de Gestão fixar as taxas e emolumentos.

**Artigo 47.º**  
**(Composição)**

1. O Conselho de Gestão é nomeado e destituído pelo Conselho de Curadores, sob proposta do Reitor.

2. O Conselho de Gestão é presidido pelo Reitor, e composto por cinco membros.

3. O Conselho de Gestão inclui obrigatoriamente um Vice-Reitor e o Administrador.

4. A convite do Reitor, podem participar nas reuniões do Conselho de Gestão, sem direito a voto, elementos da equipa reitoral, os Presidentes das Unidades Orgânicas, os responsáveis por outras Unidades da Universidade, representantes dos estudantes e outros membros da comunidade académica, sempre que as matérias o justificarem.

**Artigo 48.º**  
**(Funcionamento)**

1. O funcionamento do Conselho de Gestão rege-se por princípios de transparência, responsabilidade, racionalidade e eficiência, numa perspetiva de gestão estratégica.

2. O Conselho de Gestão pode delegar no Reitor, nos órgãos próprios das Unidades Orgânicas e nos dirigentes dos serviços as competências consideradas necessárias a uma gestão mais eficiente.

3. O regime de funcionamento do Conselho de Gestão é definido em regulamento próprio.

**Secção V**  
**Órgãos consultivos**

**Subsecção I**  
**Senado Académico**

**Artigo 49.º**  
**(Definição)**

1. O Senado Académico é o órgão consultivo que assegura a coesão da Universidade na prossecução da sua missão, cumprindo funções de coordenação, prospetiva e planeamento em matérias pedagógicas e científicas que ultrapassem o âmbito das Unidades Orgânicas.

2. O Senado Académico funciona em Plenário e em Comissões Especializadas.

3. São comissões especializadas do Senado Académico a Comissão Científica, a Comissão Pedagógica e a Comissão de Planeamento.

4. Mediante decisão do plenário, em função de matérias de natureza específica, o Senado Académico pode ainda funcionar em comissões eventuais.

**Artigo 50.º**  
**(Competências do Plenário)**

1. Compete ao Plenário do Senado Académico:

a) a análise estratégica da oferta educativa, da atividade científica e da atividade de interação com a sociedade, tendo em conta o quadro de referência internacional;

b) pronunciar-se sobre o regulamento disciplinar dos estudantes;

c) pronunciar-se sobre outras matérias que lhe sejam apresentadas pelo Conselho Geral ou pelo Reitor.

2. Compete ainda ao plenário do Senado Académico a emissão de pareceres sobre:

- a) as linhas gerais de orientação da Universidade no plano científico e pedagógico;
- b) o plano estratégico de médio prazo;
- c) o plano anual de atividades e o respetivo relatório;
- d) a criação, transformação ou extinção de Unidades e Subunidades Orgânicas, culturais, de serviços e diferenciadas;
- e) as propinas devidas pelos estudantes;
- f) os valores máximos de novas admissões e de inscrições de estudantes, nos termos da lei.

### **Artigo 51.º** **(Composição do Plenário)**

1. O Plenário do Senado Académico tem a seguinte composição:

- a) o Reitor, que preside;
- b) os Presidentes das Unidades Orgânicas;
- c) os responsáveis dos Conselhos Pedagógicos das Unidades Orgânicas;
- d) o Presidente do Conselho Cultural, um representante da Associação Académica, o Administrador e o Administrador dos Serviços de Ação Social;
- e) um estudante por cada Conselho Pedagógico das Unidades Orgânicas, procurando-se assegurar a presença de representantes de estudantes dos ciclos de estudos conducentes aos graus de licenciado, mestre e doutor, eleitos nos termos de regulamento próprio;
- f) seis representantes dos professores e investigadores doutorados;
- g) seis representantes dos estudantes;
- h) quatro representantes do pessoal não docente e não investigador.

2. Os membros referidos nas alíneas f), g) e h) do número anterior são eleitos, respetivamente, pelo conjunto dos professores e investigadores doutorados, pelo conjunto dos estudantes, e pelo conjunto do pessoal não docente e não investigador da Universidade, nos termos de regulamento próprio.

### **Artigo 52.º** **(Competências da Comissão Científica)**

1. Compete à Comissão Científica do Senado Académico:

- a) a análise prospetiva da atividade científica e de interação com a sociedade desenvolvida pela Universidade;
- b) a análise dos processos e resultados da avaliação dos projetos científicos da Universidade;
- c) pronunciar-se sobre matérias de natureza científica que lhe sejam apresentadas pelo Conselho Geral ou pelo Reitor.

2. Compete ainda à Comissão Científica do Senado Académico a emissão de pareceres sobre:

- a) a criação, transformação ou extinção de Unidades Orgânicas e suas Subunidades;
- b) a concessão de títulos ou distinções honoríficas.

### **Artigo 53.º** **(Composição da Comissão Científica)**

A Comissão Científica é composta pelo Reitor, que preside, e pelos Presidentes das Unidades Orgânicas.

## **Artigo 54.º**

### **(Competências da Comissão Pedagógica)**

1. Compete à Comissão Pedagógica do Senado Académico:
  - a) a análise prospetiva da oferta educativa da Universidade;
  - b) a análise dos processos e resultados da avaliação dos projetos de ensino;
  - c) a análise dos programas de promoção da qualidade do ensino ministrado;
  - d) pronunciar-se sobre outras matérias de natureza pedagógica que lhe sejam apresentadas pelo Conselho Geral ou pelo Reitor.
2. Compete ainda à Comissão Pedagógica do Senado Académico a emissão de pareceres sobre:
  - a) as alterações ao mapa da oferta educativa da Universidade;
  - b) a criação, suspensão e extinção de ciclos de estudos;
  - c) as políticas e os programas de promoção da qualidade do ensino ministrado;
  - d) os regulamentos genericamente aplicáveis em matéria pedagógica;
  - e) a atribuição de prémios escolares;
  - f) os regulamentos dos ciclos de estudos.

## **Artigo 55.º**

### **(Composição da Comissão Pedagógica)**

A Comissão Pedagógica é composta pelo Reitor, que preside, pelos responsáveis dos Conselhos Pedagógicos das Unidades Orgânicas e pelos estudantes representantes das Unidades Orgânicas.

## **Artigo 56.º**

### **(Competências da Comissão de Planeamento)**

- Compete à Comissão de Planeamento pronunciar-se sobre:
- a) a análise integrada e prospetiva da oferta educativa, científica e de interação com a sociedade;
  - b) o orçamento e contas anuais consolidadas, acompanhadas do parecer do Fiscal Único;
  - c) a criação, transformação ou extinção de Unidades Culturais, de Serviços e Diferenciadas;
  - d) o regulamento orgânico dos serviços e das Unidades Diferenciadas;
  - e) os processos e os resultados da avaliação do pessoal não docente e não investigador;
  - f) o regulamento dos projetos de interação com a sociedade;
  - g) as políticas e os programas da ação social escolar;
  - h) os Estatutos dos Serviços de Ação Social;
  - i) outros assuntos que lhe sejam apresentados pelo Conselho Geral ou pelo Reitor.

## **Artigo 57.º**

### **(Composição da Comissão de Planeamento)**

A Comissão de Planeamento é composta pelo Reitor, que preside, pelos Presidentes das Unidades Orgânicas, pelo Presidente do Conselho Cultural, pelo Administrador, pelo Administrador dos Serviços de Ação Social, por um representante da Associação Académica, por seis representantes dos professores e investigadores, por seis representantes dos estudantes e por quatro representantes do pessoal não docente e não investigador da Universidade.



**Artigo 58.º**  
**(Funcionamento)**

1. O Senado Académico funciona em plenário, pelo menos duas vezes por ano, e em comissões especializadas, com a periodicidade fixada no respetivo regimento.

2. As deliberações das comissões especializadas, nas matérias das suas competências, são definitivas, só podendo ser submetidas a reapreciação do plenário, nos termos e em condições a definir no regimento.

3. Os Vice-Reitores podem presidir às reuniões das Comissões Especializadas, por delegação do Reitor.

4. Os Vice-Reitores e os Pró-Reitores podem ser convidados a participar nas reuniões do plenário ou das comissões especializadas, sem direito a voto.

**Subsecção II**  
**Conselho Cultural**

**Artigo 59.º**  
**(Definição)**

O Conselho Cultural é o órgão colegial de consulta do Reitor e do Conselho Geral em questões de política cultural da Universidade.

**Artigo 60.º**  
**(Competências)**

1. Compete, genericamente, ao Conselho Cultural a emissão de pareceres sobre a política cultural da Universidade, assegurando a ligação com a comunidade, bem como promover a coordenação das atividades das Unidades Culturais.

2. Compete, designadamente, ao Conselho Cultural:

- a) dar parecer sobre as linhas gerais de orientação da Universidade no plano cultural;
- b) dar parecer sobre a criação, transformação e extinção de Unidades Culturais;
- c) promover a interligação dos programas e iniciativas culturais da Universidade com os programas desenvolvidos por outras instituições ou organismos públicos ou privados;
- d) submeter ao Reitor os planos de atividades das Unidades Culturais;
- e) submeter ao Reitor o modelo de gestão das Unidades Culturais;
- f) propor ao Reitor a designação dos dirigentes das Unidades Culturais, observado o disposto no n.º 2 do art.º 104.;
- g) promover a coordenação e a cooperação entre as Unidades Culturais;
- h) elaborar e aprovar o regulamento interno, a submeter ao Reitor;
- i) dar parecer sobre os demais assuntos de natureza cultural que lhe sejam solicitados pelos órgãos de governo ou consultivos da Universidade, bem como pelos órgãos das Unidades Orgânicas;
- j) divulgar as iniciativas desenvolvidas pelo Conselho Cultural, bem como pelas Unidades Culturais.

**Artigo 61.º**  
**(Composição)**

O Conselho Cultural da Universidade tem a seguinte composição:

- a) o Presidente, designado pelo Reitor;
- b) os responsáveis das Unidades Culturais;
- c) um estudante, nomeado pelo Reitor, ouvida a Associação Académica;
- d) até dez personalidades com intervenção relevante no domínio da cultura, nomeadas pelo Reitor, ouvida a Comissão Permanente do Conselho Cultural.

**Artigo 62.º**  
**(Funcionamento)**

1. O Conselho Cultural reúne em plenário, pelo menos uma vez por ano, e em Comissão Permanente, com a periodicidade fixada no respetivo regulamento.

2. A Comissão Permanente do Conselho Cultural é constituída pelo Presidente e pelos responsáveis das Unidades Culturais.

**Subsecção III**  
**Conselho disciplinar**

**Artigo 63.º**  
**(Definição e competências)**

1. O Conselho Disciplinar é o órgão consultivo do Reitor no exercício do poder disciplinar.

2. Compete ao Conselho Disciplinar a emissão de parecer para aplicação de penas graves.

**Artigo 64.º**  
**(Composição)**

1. O Conselho Disciplinar tem a seguinte composição:

- a) o Reitor ou um professor por ele designado, que preside;
- b) dois representantes do corpo dos professores e investigadores;
- c) dois estudantes;
- d) dois representantes do pessoal não docente e não investigador.

2. Os membros do Conselho Disciplinar são indicados pelos representantes eleitos do respetivo corpo no Senado Académico, sendo designados pelo Reitor.

**Artigo 65.º**  
**(Mandatos)**

O mandato dos membros do Conselho Disciplinar é de quatro anos para os professores e investigadores, bem como para os representantes do pessoal não docente, e de dois anos para os estudantes.

**Artigo 66.º**  
**(Funcionamento)**

1. O Conselho Disciplinar reúne sempre que convocado pelo Presidente.

2. Os membros do Conselho Disciplinar não podem abster-se.

3. A comparência às reuniões do Conselho Disciplinar prefere a todos os outros serviços, salvo nos casos previstos na lei.

## **Título IV**

### **Unidades**

#### **Capítulo I**

##### **Disposições gerais**

##### **Artigo 67.º**

###### **(Tipologia das Unidades)**

1. A Universidade tem diferentes tipos de Unidades, que se distinguem pelos seus objetivos, estrutura, natureza e grau de autonomia:

- a) Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação;
- b) Unidades Orgânicas de Investigação;
- c) Unidades Culturais;
- d) Unidades de Serviços.

2. A Universidade tem ainda Unidades Diferenciadas, com objetivos e natureza distintos das anteriores, criadas por si ou conjuntamente com entidades do exterior, dotadas de autonomia e estrutura próprias, nos termos dos respetivos Estatutos.

#### **Capítulo II**

##### **Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação**

##### **Secção I**

###### **Unidades**

##### **Artigo 68.º**

###### **(Enquadramento)**

1. As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação são estruturas com órgãos e pessoal próprios, através das quais a Universidade faz a afirmação da sua missão, numa determinada área do conhecimento, com especial ênfase nas dimensões do ensino e da investigação.

2. As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação congregam recursos humanos e materiais coerentes e adequados ao desenvolvimento das suas atividades pedagógicas e científicas, no âmbito de projetos autónomos ou em parceria com outras Unidades, que se enquadrem na missão e objetivos da Universidade.

3. As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação, por sua iniciativa ou por determinação dos órgãos de governo da Universidade, podem partilhar meios materiais e humanos, bem como desenvolver projetos conjuntos, incluindo projetos de ensino, de investigação, culturais e de interação com a sociedade.

##### **Artigo 69.º**

###### **(Criação de Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação)**

1. A criação de Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação é da competência do Conselho Geral, observados, cumulativamente, os critérios seguintes:

- a) identidade, natureza diferenciada e necessidade da sua criação, tendo em conta a missão e os objetivos da Universidade;
- b) coerência científica do domínio de atividade;
- c) existência de um projeto científico e pedagógico de qualidade, compatível com os restantes projetos da Universidade;

d) dimensão e perspectiva de crescimento da sua estrutura de recursos humanos, tendo em conta referenciais nacionais e internacionais da respetiva área do conhecimento.

2. Excecionalmente, podem ser criadas, na dependência direta do Reitor, Unidades que não reúnam todas as condições definidas no número anterior, regidas por regulamento próprio, aprovado pelo Reitor, ouvido o Senado Académico.

3. As Unidades criadas nos termos do número anterior devem submeter à aprovação do Conselho Geral um plano de desenvolvimento que descreva e suporte a sua evolução para um estatuto autónomo.

#### **Artigo 70.º**

##### **(Enumeração e denominação das Unidades Orgânicas)**

1. Existem na Universidade as seguintes Unidades de Ensino e Investigação:

- a) Escola de Ciências;
- b) Escola de Engenharia;
- c) Instituto de Educação;
- d) Instituto de Letras e Ciências Humanas;
- e) Instituto de Ciências Sociais;
- f) Escola de Economia e Gestão;
- g) Escola de Direito;
- h) Escola de Medicina;
- i) Escola de Arquitetura;
- j) Escola de Psicologia;
- k) Escola de Enfermagem.

2. A Escola de Enfermagem é uma Unidade Orgânica com especificidades decorrentes da sua natureza politécnica, no que diz respeito, nomeadamente, à composição dos órgãos e à carreira académica dos seus membros.

#### **Artigo 71.º**

##### **(Autonomia académica)**

As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação gozam de autonomia científica, pedagógica e cultural, contribuindo para a realização dos objetivos estratégicos da Universidade numa determinada área do conhecimento.

#### **Artigo 72.º**

##### **(Autonomia administrativa e competência de gestão)**

1. As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação dispõem de autonomia administrativa, com o âmbito e extensão definidos nos presentes Estatutos, não sendo embora dotadas de autonomia financeira.

2. A autonomia administrativa e a competência de gestão traduzem-se na capacidade dos seus dirigentes para autorizar a realização de despesas e para praticar, no mesmo âmbito, atos administrativos definitivos no que se refere à gestão corrente.

3. Os atos de gestão corrente são todos aqueles que integram a atividade que as Unidades Orgânicas normalmente desenvolvem para a prossecução das suas atribuições.

4. Excluem-se do âmbito da gestão corrente os atos que, nos termos da lei e dos presentes Estatutos, são da competência exclusiva dos órgãos de governo da Universidade, bem como a autorização para a realização de despesas cujo montante ou natureza ultrapassem a execução nos limites aprovados.

5. As Unidades gozam dos seguintes poderes ao nível da sua gestão financeira:

- a) elaborar, aprovar e executar os planos anuais e plurianuais, orçamentos e outros documentos previsionais relativos às verbas de funcionamento;
- b) elaborar o relatório e o mapa de execução orçamental;

c) dispor das dotações provenientes do orçamento geral do Estado e demais receitas disponibilizadas pelos órgãos competentes da Universidade, nos termos de mecanismos claros de transferência que salvaguardem a necessidade de garantir a coesão e o equilíbrio financeiro;

d) dispor das receitas provenientes das propinas de cursos não conducentes a grau e de outras receitas provenientes de projetos e de prestação de serviços, deduzidos os custos gerais de funcionamento imputáveis pela Universidade;

e) autorizar a realização de despesas nos limites que vierem a ser fixados pelos órgãos de governo competentes.

6. As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação estão obrigadas ao princípio da eficiência na utilização dos seus recursos, à transparência e ao cumprimento de todas as normas legais em vigor.

### **Artigo 73.º**

#### **(Participação nos recursos financeiros da Universidade)**

1. A participação das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação nos recursos da Universidade resulta do plano estratégico, visando o equilíbrio financeiro vertical e horizontal.

2. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação às respetivas competências e dimensão.

3. O equilíbrio financeiro horizontal pretende promover a correção de desigualdades entre Unidades Orgânicas, resultantes, designadamente, de diferentes capacidades na captação de receitas ou de diferentes necessidades de despesa resultantes da natureza científica e pedagógica das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação.

### **Artigo 74.º**

#### **(Auditoria e controlo)**

1. As Unidades ficam sujeitas à fiscalização financeira da Universidade, através do órgão competente.

2. Os serviços disponibilizarão as informações relevantes às Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação e respetivas Subunidades.

### **Artigo 75.º**

#### **(Modelo de governação e órgãos)**

1. As Unidades têm órgãos de governo próprios, regendo-se por Estatutos próprios, no respeito da lei e dos presentes Estatutos.

2. Os órgãos de governo das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação são:

- a) o Conselho da Unidade;
- b) o Presidente da Unidade;
- c) o Conselho Científico;
- d) o Conselho Pedagógico.

3. Caso o regulamento da Unidade o preveja, poderão ainda ser criados:

- a) o Conselho de Gestão;
- b) o Conselho Consultivo.

4. As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação do Ensino Superior Politécnico têm um Conselho Técnico-Científico, com as competências adaptadas à sua especificidade, de acordo com a lei e os presentes Estatutos.

### **Artigo 76.º**

#### **(Conselho da Unidade)**

O Conselho da Unidade é o órgão colegial representativo da unidade.

**Artigo 77.º**  
**(Competências do Conselho da Unidade)**

Compete ao Conselho da Unidade:

- a) definir as linhas gerais de orientação da Unidade;
- b) aprovar os regulamentos internos da Unidade e das suas Subunidades;
- c) aprovar o plano anual de atividades, o orçamento, o relatório de atividades e as contas;
- d) eleger o Presidente da Unidade, nos termos do respetivo regulamento;
- e) pronunciar-se sobre a criação, modificação e extinção de Subunidades Orgânicas;
- f) exercer outras competências fixadas nos estatutos da Unidade.

**Artigo 78.º**  
**(Composição do Conselho da Unidade)**

1. O Conselho da Unidade é composto por um máximo de quinze membros, do seguinte modo:

a) por, pelo menos, 60% de professores e investigadores doutorados, podendo nestes incluir Diretores de Departamentos e Diretores de Centros de Investigação, caso os Estatutos da Unidade assim o prevejam;

b) por, pelo menos, 20% de estudantes dos vários ciclos de estudos ministrados;

c) por representantes do pessoal não docente e não investigador, até 10%.

2. O Conselho da Unidade pode incluir ainda membros externos.

3. O resultado dos cálculos para determinação da constituição do Conselho, quando tiver parte decimal, é arredondado para o inteiro imediatamente inferior.

**Artigo 79º**  
**(Presidente da Unidade)**

O Presidente da Unidade é o órgão uninominal que superiormente dirige e representa a Unidade.

**Artigo 80.º**  
**(Competências do Presidente da Unidade)**

Compete ao Presidente da Unidade Orgânica de Ensino e Investigação:

a) representar a Unidade perante os demais órgãos da Universidade e perante o exterior;

b) dirigir os serviços da Unidade;

c) exercer o poder disciplinar estabelecido pelos estatutos ou delegado pelo Reitor;

d) elaborar o orçamento e o plano de atividades, bem como o relatório de atividades e as contas;

e) exercer as demais funções previstas na lei e nos Estatutos da Unidade.

**Artigo 81.º**  
**(Eleição do Presidente da Unidade)**

1. O Presidente é um Professor Catedrático, Coordenador Principal ou Coordenador, ou um Investigador Coordenador, de carreira, afeto à Unidade, eleito pelo Conselho da Unidade, através de regulamento próprio, para um mandato de três anos, renovável uma única vez.

2. Em situações devidamente fundamentadas, por decisão do Reitor, sob proposta do Conselho da Unidade, o Presidente pode ser eleito entre os professores catedráticos e associados.

3. O Presidente pode ser coadjuvado por Vice-Presidentes, até um máximo de três, podendo neles delegar as competências necessárias para o adequado funcionamento da Unidade.

#### **Artigo 82.º**

##### **(Conselho Científico e Conselho Técnico-Científico)**

1. O Conselho Científico é o órgão que define e superintende a política científica da Unidade Orgânica de Ensino e Investigação de natureza universitária.

2. O Conselho Técnico-Científico é o órgão que define e superintende a política científica da Unidade de Ensino e Investigação de natureza politécnica.

#### **Artigo 83.º**

##### **(Competências do Conselho Científico e Técnico-Científico)**

1. Compete ao Conselho Científico:

a) definir a política de investigação da Unidade, tendo em conta as linhas gerais de orientação da Universidade;

b) aprovar os planos de atividades e os relatórios anuais das respetivas Subunidades;

c) aprovar as propostas de admissão e recondução do pessoal docente, bem como do pessoal investigador;

d) pronunciar-se sobre a transferência de professores;

e) propor a abertura de concursos de professores e a composição dos júris, depois de ouvidos os respetivos Departamentos;

f) decidir sobre as propostas de constituição dos júris para as provas de mestrado;

g) propor a composição dos júris de outras provas académicas;

h) pronunciar-se sobre pedidos de concessão de equivalência de doutoramento e propor a nomeação dos respetivos júris;

i) propor a criação de novos ciclos de estudos e aprovar os planos de estudo referentes à criação ou reestruturação de ciclos de estudos em que a Unidade seja parte interveniente;

j) decidir ou pronunciar-se sobre os demais assuntos previstos na lei e nos regulamentos internos da Universidade;

k) desempenhar as demais funções previstas na lei e nos presentes Estatutos.

2. As competências do Conselho Técnico-Científico são as previstas no número anterior, com exceção da alínea h).

3. O Conselho Científico ou Técnico-Científico pode delegar no seu Presidente as competências que entenda adequadas ao seu bom funcionamento.

#### **Artigo 84.º**

##### **(Composição do Conselho Científico)**

1. O Conselho Científico é composto por um máximo de vinte e cinco membros, assim distribuídos:

a) o Presidente da Unidade, que preside;

b) representantes eleitos pelos respetivos corpos dos professores e investigadores de carreira que serão, pelo menos, 50% dos membros;

c) representantes dos Centros de Investigação associados à Unidade Orgânica de Ensino e Investigação, reconhecidos e avaliados positivamente, nos termos da lei, entre 30% a 40% dos membros;



d) representantes eleitos pelos respectivos corpos dos outros docentes e investigadores em tempo integral, detentores do grau de doutor e contratados há mais de um ano, até um máximo de 10% dos membros.

2. O resultado dos cálculos do número anterior, para determinação da constituição do Conselho Científico da Unidade, quando tiver parte decimal, é arredondado para o inteiro imediatamente inferior.

3. Os Diretores das Subunidades Orgânicas podem ser convidados a participar nas reuniões do Conselho Científico, sem direito a voto.

4. Os mandatos dos representantes referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 têm a duração de três anos.

5. A eleição dos membros do Conselho Científico obedece a regulamento próprio, a aprovar pelo Reitor.

### **Artigo 85.º**

#### **(Composição do Conselho Técnico-Científico)**

1. O Conselho Técnico-Científico é composto por um máximo de vinte e cinco membros, assim distribuídos:

a) o Presidente da Unidade, que preside;

b) representantes eleitos pelos respetivos corpos dos professores e investigadores de carreira que serão, pelo menos, 50% dos membros do Conselho;

c) representantes dos Centros de Investigação associados à Unidade Orgânica de Ensino e Investigação, reconhecidos e avaliados positivamente, nos termos da lei, que serão, pelo menos, 20% dos membros;

d) equiparados a professor em regime de tempo integral, com contrato com a Escola há mais de 10 anos, até um máximo de 10%;

e) docentes com o título de especialista, não abrangidos pelas alíneas anteriores, em regime de tempo integral, com contrato com a instituição há mais de dois anos, até um máximo de 20%.

2. O resultado dos cálculos do número anterior, para determinação da constituição do Conselho Técnico-Científico da Unidade, quando tiver parte decimal, é arredondado para o inteiro imediatamente inferior.

3. Os Diretores das Subunidades Orgânicas podem ser convidados a participar nas reuniões do Conselho Técnico-Científico, sem direito a voto.

4. Os mandatos dos representantes referidos nas alíneas b), c), d) e e) do n.º 1 têm a duração de três anos.

5. A eleição dos membros do Conselho Técnico-Científico obedece a regulamento próprio, a aprovar pelo Reitor.

### **Artigo 86.º**

#### **(Conselho Pedagógico)**

O Conselho Pedagógico é o órgão que define e superintende a política pedagógica da Unidade.

### **Artigo 87.º**

#### **(Competências do Conselho Pedagógico)**

1. Compete, designadamente, ao Conselho Pedagógico:

a) pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;

b) promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da Unidade Orgânica e a sua análise e divulgação;

- c) promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, e a sua análise e divulgação;
- d) garantir mecanismos de autoavaliação regular relativa ao desempenho dos projetos de ensino;
- e) apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor as providências necessárias;
- f) aprovar o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
- g) pronunciar-se sobre o regime de prescrições;
- h) pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos ministrados;
- i) pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- j) assegurar a gestão corrente dos assuntos comuns aos ciclos de estudos, designadamente no que concerne ao calendário letivo e ao calendário de avaliação;
- k) propor a afetação de recursos para um correto funcionamento dos ciclos de estudos;
- l) aprovar as equivalências de unidades curriculares e de planos de estudos, segundo as normas e critérios fixados pelo Senado Académico;
- m) moderar e arbitrar os conflitos que venham a ocorrer no funcionamento dos ciclos de estudos;
- n) exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei ou pelos Estatutos.

2. O Conselho Pedagógico pode delegar parte das suas competências no seu Presidente.

3. Nas reuniões do Conselho Pedagógico podem participar, sem direito a voto, elementos externos ao conselho, nos termos previstos no respetivo regulamento.

#### **Artigo 88.º**

##### **(Composição do Conselho Pedagógico)**

1. O Conselho Pedagógico da Unidade é composto paritariamente por elementos dos corpos docente e discente.

2. O Conselho Pedagógico é composto por um máximo de vinte e quatro membros, do seguinte modo:

- a) o Presidente, que deve ser um Vice-Presidente da Unidade;
- b) até onze professores, assegurando a presença de Diretores de Cursos dos diferentes ciclos de estudos promovidos pela Unidade, bem como de representantes de outras Unidades Orgânicas com participação específica nesses ciclos de estudos;
- c) até doze estudantes, assegurando a representação dos diferentes ciclos de estudos promovidos pela Unidade.

3. Os mandatos dos representantes referidos no número anterior têm a duração de dois anos, no caso dos professores, e de um ano, no caso dos estudantes.

4. A eleição dos membros do Conselho Pedagógico obedece a regulamento próprio, a aprovar pelo Reitor.

#### **Artigo 89.º**

##### **(Conselho de Gestão)**

1. O Conselho de Gestão é um órgão de representação das Subunidades Orgânicas, que tem como funções gerir a Unidade e coordenar o seu funcionamento.

2. O Conselho de Gestão tem a seguinte composição:

- a) o Presidente da Unidade, que preside;
- b) um Vice-Presidente;
- c) os Diretores dos Departamentos e dos Centros de Investigação;

d) o Secretário e representantes do pessoal não docente e não investigador, se os Estatutos assim o previrem.

### **Artigo 90.º** **(Conselho Consultivo)**

1. O Conselho Consultivo é presidido pelo Presidente da Unidade, sendo composto por membros da Unidade e por personalidades, nacionais ou estrangeiras, de reconhecido mérito nos domínios da sua atividade, nos termos dos Estatutos da Unidade.

2. Compete ao Conselho Consultivo pronunciar-se sobre matérias de carácter pedagógico, científico e de interação com a sociedade, relativas aos projetos em que a Unidade intervém.

### **Artigo 91.º** **(Secretário)**

As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação podem dispor de um Secretário, ao qual compete, nomeadamente:

- a) orientar e coordenar a atividade dos serviços da Unidade, de acordo com as diretivas do Presidente;
- b) dirigir o pessoal não docente e não investigador, sob orientação do responsável da respetiva Unidade ou Subunidade;
- c) assistir tecnicamente aos órgãos da Unidade;
- d) elaborar estudos, pareceres e informações, relativos à gestão da Unidade;
- e) recolher, sistematizar e divulgar legislação com interesse para a atividade da Unidade;
- f) informar e submeter a despacho do Presidente todos os assuntos relativos a questões de natureza técnica;
- g) passar certidões dos documentos constantes dos processos à sua guarda;
- h) exercer as demais competências que lhe forem cometidas por lei ou que sejam delegadas pelo Presidente.

## **Secção II** **Subunidades**

### **Artigo 92.º** **(Enquadramento)**

1. As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação podem estruturar-se em Subunidades Orgânicas, correspondentes a células básicas de operacionalização da matriz científico-pedagógica da Universidade, de acordo com domínios do conhecimento e área de atividade.

2. São Subunidades Orgânicas os Departamentos e os Centros de Investigação.

3. Os regulamentos das Subunidades Orgânicas são aprovados pelos órgãos da Unidade, nos termos dos respetivos Estatutos.

4. Os Departamentos e os Centros de Investigação gozam de autonomia académica, nos termos a estabelecer nos Estatutos da respetiva Unidade Orgânica.

## **Subsecção I**

### **Departamentos**

#### **Artigo 93.º** **(Definição)**

Os Departamentos são Subunidades Orgânicas permanentes de criação e transmissão do conhecimento no domínio de uma disciplina, de um grupo de disciplinas ou de grupos afins de disciplinas, constituindo, como tal, a célula base de organização científico-pedagógica e de gestão de recursos num domínio consolidado do saber.

#### **Artigo 94.º** **(Órgãos dos Departamentos)**

1. Os Departamentos têm os seguintes órgãos de governo:
  - a) o Conselho de Departamento;
  - b) o Diretor.
2. Os Estatutos da Unidade poderão prever a constituição de órgãos de natureza diferente que repartam as funções cometidas ao Conselho de Departamento.

#### **Artigo 95.º** **(Competências do Conselho do Departamento)**

Compete, designadamente, ao Conselho do Departamento:

- a) assegurar, no seu âmbito de atuação, o normal funcionamento e progresso dos projetos em que o Departamento esteja envolvido;
- b) aprovar o plano e o relatório anual de atividades;
- c) eleger o Diretor do Departamento;
- d) gerir os recursos afetos ao Departamento;
- e) propor a distribuição de serviço docente pelos membros do Departamento;
- f) propor os planos e programas de formação do pessoal docente e não docente afeto ao Departamento;
- g) pronunciar-se sobre a criação, reestruturação ou extinção de projetos de ensino em que o Departamento seja parte interveniente;
- h) propor ao Conselho Científico a composição dos júris para as provas académicas no âmbito do Departamento;
- i) emitir parecer, quando necessário, sobre a admissão de candidatos ao doutoramento;
- j) propor a contratação do pessoal do Departamento;
- k) pronunciar-se sobre a abertura de concursos para as vagas de professores do quadro;
- l) elaborar o regulamento do Departamento;
- m) exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos da respetiva Unidade Orgânica ou delegadas pelo Conselho da Unidade.

#### **Artigo 96.º** **(Composição do Conselho do Departamento)**

O Conselho do Departamento tem a seguinte composição:

- a) os docentes doutorados do Departamento;
- b) um representante dos docentes não doutorados e um representante do pessoal não docente e não investigador, caso o regulamento assim o preveja.

**Artigo 97.º**  
**(Funcionamento do Conselho do Departamento)**

1. O Conselho do Departamento funciona em Plenário e em Comissão Coordenadora restrita a docentes doutorados.

2. O Conselho do Departamento pode ainda funcionar em comissões eventuais, cuja constituição, composição e competências serão aprovadas pelo plenário.

**Artigo 98.º**  
**(Diretor do Departamento)**

1. O Diretor do Departamento é um professor catedrático ou associado, ou um professor coordenador, eleito pelo Conselho de Departamento entre os seus membros doutorados, em regime de tempo integral.

2. Em situações devidamente fundamentadas, por decisão do Presidente da Unidade, sob proposta do Conselho do Departamento, o Diretor pode ser eleito de entre o conjunto dos professores do Departamento.

3. Compete ao Diretor do Departamento:

- a) presidir ao Conselho do Departamento e às suas comissões;
- b) representar o Departamento;
- c) convocar e conduzir as reuniões do Conselho do Departamento e, caso existam, da Comissão Coordenadora e demais comissões;
- d) submeter ao Conselho do Departamento a proposta de plano orçamental e de atividades e o relatório anual, a apresentar à Unidade Orgânica;
- e) coordenar a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais, afetos ao Departamento;
- f) garantir a realização das eleições previstas nos Estatutos da Unidade Orgânica e submeter aos órgãos de gestão da Unidade Orgânica os respetivos resultados;
- g) coordenar a elaboração dos mapas de distribuição do serviço docente;
- h) executar as delegações de competências que lhe forem atribuídas pelos órgãos da Unidade Orgânica;
- i) exercer, em permanência, as funções que lhe forem cometidas pelo Conselho do Departamento e pela Comissão Coordenadora.

4. O mandato do Diretor do Departamento é de dois anos, renovável por duas vezes.

5. O Diretor pode delegar competências num Diretor-Adjunto, que assegura ainda as suas funções em caso de ausência ou de impedimento.

**Artigo 99.º**  
**(Departamentos de Unidades de natureza politécnica)**

Os regulamentos das Unidades de Ensino e Investigação de natureza politécnica devem adaptar o disposto nos artigos anteriores às especificidades decorrentes da carreira académica dos seus membros.

**Subsecção II**  
**Centros de Investigação**

**Artigo 100.º**  
**(Centros de Investigação)**

1. A atividade científica e de desenvolvimento tecnológico, no âmbito das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação, é realizada em Centros de Investigação que integram

docentes e investigadores da Universidade e de outras instituições, nos termos dos respetivos regulamentos.

2. Os Centros promovem e desenvolvem projetos de investigação, reunindo atividades de natureza científica ou científico-tecnológica, que visam objetivos bem definidos, de duração limitada e de execução programada no tempo.

3. Os Centros de Investigação podem integrar investigadores de diferentes unidades, da Universidade ou de entidades exteriores, públicas ou privadas, nos termos dos respetivos regulamentos, tendo em vista a promoção da investigação e uma melhor interação de recursos.

4. Os Centros de Investigação avaliados positivamente, de acordo com a legislação aplicável, têm assento nos órgãos das respetivas Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação.

5. Os Centros de Investigação são coordenados pelos Conselhos Científicos das Unidades Orgânicas de Ensino e de Investigação a que estão associados, e articulam-se, ao nível da Universidade, na Comissão Científica do Senado Académico.

6. Os modelos e os órgãos de gestão dos Centros de Investigação, a definir em regulamento próprio, devem prever a existência de um órgão uninominal, designado Diretor, em princípio eleito, e de um órgão colegial representativo.

### **Capítulo III**

#### **Unidades Orgânicas de Investigação**

##### **Artigo 101.º**

##### **(Enquadramento)**

1. As Unidades Orgânicas de Investigação são estruturas da Universidade, com órgãos e pessoal próprios, através das quais a Universidade desenvolve, de forma autónoma, atividade de investigação numa determinada área do conhecimento.

2. As Unidades Orgânicas de Investigação congregam recursos humanos e materiais coerentes e adequados ao desenvolvimento das suas atividades científicas, através de projetos autónomos ou em parceria com outras unidades, ou com outras instituições, que se enquadrem na missão e objetivos da Universidade.

##### **Artigo 102.º**

##### **(Autonomia das Unidades Orgânicas de Investigação)**

1. As Unidades Orgânicas de Investigação gozam de autonomia científica, bem como de autonomia administrativa e de competência de gestão, nos termos enunciados nestes Estatutos.

2. As Unidades Orgânicas de Investigação poderão ser dotadas de autonomia financeira, mediante deliberação do Conselho Geral, por maioria qualificada, ficando sujeitas aos mecanismos de fiscalização financeira da Universidade.

3. A composição, as competências e o funcionamento dos órgãos da Unidade Orgânica de Investigação são definidas no respetivo Estatuto, respeitando as disposições previstas nos presentes Estatutos.

##### **Artigo 103.º**

##### **(Criação de Unidades Orgânicas de Investigação)**

A criação de Unidades Orgânicas de Investigação é da competência do Conselho Geral, observados os critérios seguintes:

a) identidade, natureza diferenciada e necessidade da sua criação, tendo em conta a missão e os objetivos da Universidade;

b) coerência científica do domínio de atividade;

- c) existência de um projeto científico de qualidade e consistente com a restante estrutura da Universidade;
- d) dimensão e perspetiva de crescimento da sua estrutura de recursos humanos, tendo em conta referenciais nacionais e internacionais da respetiva área do conhecimento;
- e) desempenho científico comprovado dos grupos promotores, com resultados de avaliação, nos termos da lei, ao nível da excelência;
- f) sustentabilidade financeira.

## **Capítulo IV**

### **Unidades Culturais**

#### **Artigo 104.º**

##### **(Unidades Culturais)**

1. As Unidades Culturais são unidades com órgãos e pessoal próprios, que contribuem para a realização da política cultural da Universidade, promovendo a interação com a sociedade e disponibilizando património cultural para o desenvolvimento de atividades de investigação e de interação com a sociedade.
2. A direção das Unidades referidas no número anterior será assegurada por um Diretor de Serviços, ou por um Professor ou Trabalhador não Docente, neste caso nomeado pelo Reitor, ouvido o Conselho Cultural.
3. São Unidades Culturais da Universidade:
  - a) o Arquivo Distrital de Braga;
  - b) a Biblioteca Pública de Braga;
  - c) o Museu Nogueira da Silva;
  - d) a Unidade de Arqueologia;
  - e) o Centro de Estudos Lusíadas;
  - f) a Casa Museu de Monção.
4. Os modelos de gestão das Unidades Culturais são fixados em regulamento próprio, a ser elaborado pelo Conselho Cultural e aprovado pelo Reitor.

## **Capítulo V**

### **Unidades de Serviços**

#### **Artigo 105.º**

##### **(Enquadramento)**

1. A Universidade dispõe de Unidades de Serviços, que são unidades de apoio logístico, técnico e administrativo à atividade da Universidade, destinadas a assegurar a prossecução das suas atribuições e o exercício das competências dos órgãos de governo, bem como das suas Unidades Orgânicas, culturais e diferenciadas.
2. As Unidades de Serviços compreendem, nomeadamente, as áreas de recursos humanos, financeiros e patrimoniais; de sistemas de informação; de comunicação e difusão da informação; de assessoria jurídica; de protocolo; de auditoria; da avaliação e qualidade do ensino; de planeamento, gestão e acompanhamento dos projetos de construção; de conservação e manutenção de instalações; de apoio aos estudantes portadores de deficiência; de apoio pedagógico e administrativo aos estudantes e aos projetos de ensino; da internacionalização; de apoio a projetos de investigação e desenvolvimento; de organização, gestão e conservação do acervo bibliográfico e documental; de apoio informático e da gestão dos sistemas de comunicações.



3. A organização das Unidades de Serviços assentará em estruturas flexíveis, agrupadas funcionalmente, podendo adotar designações distintas, em função da sua dimensão, objetivos e competências.

4. Quando a natureza das funções o justificar, a mesma Unidade de serviços pode localizar-se em distintos polos da Universidade.

5. A estrutura orgânica das Unidades de Serviços, compreendendo a definição da sua coordenação ou direção, bem como as suas competências e objetivos, constará de regulamento próprio, aprovado pelo Reitor, ouvido o Senado Académico.

6. A criação, fusão e extinção de Unidades de Serviços são da competência do Conselho Geral, por proposta do Reitor, ouvido o Senado Académico.

#### **Artigo 106.º** **(Administrador)**

1. A Universidade tem um Administrador, escolhido entre pessoas com saber e experiência na área de gestão.

2. Compete, genericamente, ao Administrador a gestão corrente da instituição, orientando e coordenando as atividades e os Serviços da Universidade, no âmbito administrativo, patrimonial e financeiro, sob a direção do Reitor.

3. Compete, designadamente, ao Administrador:

a) coordenar tecnicamente a ação dos responsáveis administrativos das Unidades, por forma a garantir a uniformidade de procedimentos e a articulação entre a Administração e os Serviços;

b) elaborar anualmente um relatório das atividades desenvolvidas pelos Serviços da sua direta competência;

c) elaborar estudos e formular propostas conducentes a uma melhor organização dos Serviços da Universidade.

4. O Administrador terá ainda as competências que lhe forem delegadas pelo Reitor.

5. O Administrador é livremente nomeado e exonerado pelo Reitor.

6. A duração máxima do exercício de funções como Administrador é de dez anos.

#### **Artigo 107.º** **(Serviços de Ação Social)**

1. A Universidade integra os Serviços de Ação Social, que gozam de autonomia administrativa e financeira, e que se regem pelo disposto na lei e nos presentes Estatutos.

2. Os Serviços de Ação Social regem-se por Estatutos próprios, a aprovar pelo Conselho Geral, sob proposta do Reitor, ouvida a Comissão de Planeamento do Senado Académico.

3. O Administrador dos Serviços de Ação Social é escolhido pelo Reitor entre pessoas com saber e experiência na área da gestão.

4. A duração máxima do exercício de funções como Administrador é de dez anos.

5. Compete ao Administrador dos Serviços de Ação Social a gestão corrente dos Serviços, bem como a elaboração da proposta de orçamento, do plano de atividades e do relatório de atividades, a serem submetidos aos órgãos próprios.

6. O Administrador dos Serviços de Ação Social terá ainda as competências que forem definidas na lei e nos Estatutos dos serviços, bem como as que lhe forem delegadas pelo Reitor.

## **Capítulo VI**

### **Unidades Diferenciadas**

#### **Artigo 108.º**

##### **(Unidades Diferenciadas)**

##### **1. São Unidades Diferenciadas da Universidade:**

a) a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em parceria com o Município de Braga, dotada de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos respetivos Estatutos, tendo por objetivo a informação, a formação e a valorização do património bibliográfico e documental;

b) o Instituto Confúcio, em parceria com o Gabinete Nacional de Divulgação da Língua Chinesa no Mundo – Hanban – e com a Universidade de Nankai, Tianjin, dotado de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos respetivos Estatutos, tendo por principal objetivo o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos chineses.

2. A Universidade pode criar outras Unidades Diferenciadas, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 67.º, que se revelem necessárias ao cumprimento da sua missão e à prossecução dos seus objetivos.

## **Capítulo VII**

### **Organização dos Projetos e articulação com as Unidades**

#### **Artigo 109.º**

##### **(Organização dos projetos de investigação)**

1. Os projetos de investigação organizam-se no âmbito de Unidades Orgânicas que, para o efeito, se podem associar entre si ou com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, durante o seu período de execução.

2. A realização de projetos de investigação obedece a regulamento próprio, a aprovar pelo Reitor, ouvido o Senado Académico.

#### **Artigo 110.º**

##### **(Organização dos projetos de ensino)**

1. Os projetos de ensino organizam-se e desenvolvem-se no âmbito de Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação que, para o efeito, se podem associar entre si ou com entidades exteriores à Universidade.

2. Os ciclos de estudos conferentes do grau de doutor podem envolver Unidades Orgânicas de Investigação associadas à área científica respetiva.

#### **Artigo 111.º**

##### **(Direção e gestão dos projetos de ensino)**

1. Os ciclos de estudos conducentes à obtenção dos graus de licenciado, de mestre e de doutor são objeto de uma direção e gestão próprias, a definir em regulamento a aprovar pelo Reitor, ouvido o Senado Académico.

2. A gestão dos ciclos de estudos é da responsabilidade de uma Comissão de Curso, constituída paritariamente por professores e estudantes, e de um Diretor de Curso, que será um professor, a designar nos termos do regulamento próprio.

3. As Comissões de Curso são coordenadas pelos Conselhos Pedagógicos das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação a que estão associadas e articulam-se, ao nível da Universidade, na Comissão Pedagógica do Senado Académico.

4. Os projetos de ensino não abrangidos pelo n.º 1 regem-se por um modelo de gestão simplificada, a definir em regulamento próprio, a aprovar pelo Reitor, ouvido o Senado Académico.

#### **Artigo 112.º**

##### **(Organização dos projetos de interação com a sociedade)**

1. Os projetos de interação com a sociedade organizam-se no âmbito das Unidades Orgânicas e das Unidades Culturais que, para o efeito, se podem associar entre si ou com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

2. A realização dos projetos de interação com a sociedade obedece a regulamento próprio, a aprovar pelo Reitor, ouvido o Senado Académico.

3. Os mecanismos de aprovação, gestão e acompanhamento dos projetos de interação com a sociedade são definidos nos regulamentos das Unidades da Universidade.

### **Título V**

#### **Disposições complementares**

#### **Artigo 113.º**

##### **(Provedor do Estudante)**

1. O Provedor do Estudante tem como função promover os direitos dos estudantes, recolhendo e tratando as reclamações apresentadas, arbitrando situações de conflito, produzindo recomendações internas e contribuindo para a qualidade do ambiente académico da Universidade.

2. O Provedor do Estudante é uma personalidade ligada ao meio académico eleito no Conselho Geral, tendo por base propostas subscritas por um mínimo de 20% dos seus membros, incluindo necessariamente dois estudantes.

3. O Provedor do Estudante desenvolve a sua ação com total autonomia e independência relativamente aos órgãos da Universidade.

4. A Universidade deve garantir resposta em tempo oportuno e de modo adequado às solicitações do Provedor e ter em conta as suas recomendações.

#### **Artigo 114.º**

##### **(Sistema de garantia da qualidade)**

1. A Universidade dispõe de um sistema para a garantia interna da qualidade dos Projetos de ensino, de Investigação e de Interação com a Sociedade.

2. O sistema de garantia interna de qualidade da Universidade define:

- a) a estratégia institucional e os padrões para a qualidade;
- b) a sua organização;
- c) as responsabilidades dos diferentes órgãos e níveis de gestão na garantia da qualidade, através da monitorização, controlo, reflexão e posterior intervenção;
- d) as formas de participação de estudantes, professores e investigadores, pessoal não docente e não investigador, e parceiros externos;
- e) o modo de monitorização e revisão da política de qualidade.

3. O sistema de garantia de qualidade terá em conta as orientações estabelecidas pelos sistemas nacional e europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

4. A Universidade promove a avaliação interna permanente das suas atividades, de forma a consolidar a interiorização de uma cultura de qualidade transversal a todos os seus projetos, facultando informação crítica sobre o grau de consecução da sua missão.

5. A Universidade promove periodicamente a realização de uma avaliação global do seu funcionamento.

**Artigo 115.º**  
**(Associação Académica)**

1. A Universidade promove o associativismo académico e, no quadro legal em vigor, reconhece a Associação Académica, que se rege por estatutos e regulamentos próprios, como organização que tem por missão representar os estudantes da Universidade.

2. A Universidade colabora com a Associação Académica nos termos determinados pela legislação aplicável, nomeadamente proporcionando condições para a afirmação da atividade associativa.

3. A Universidade apoia, no âmbito da cultura e do desporto, a ação e as iniciativas da Associação Académica.

**Título VI**  
**Disposições finais e transitórias**

**Artigo 116.º**  
**(Atuais órgãos da Universidade)**

Após a entrada em vigor dos presentes Estatutos, e até à constituição do Conselho de Curadores, mantêm-se em funcionamento os órgãos definidos nos Estatutos vigentes com as competências que lhes estão legalmente atribuídas.

**Artigo 117.º**  
**(Atuais regulamentos)**

1. Até à publicação dos novos regulamentos da Universidade, continuam em vigor, naquilo em que não contrariem a lei e os presentes Estatutos, os atuais regulamentos.

2. No prazo de dois meses após a entrada em vigor dos presentes Estatutos devem os órgãos competentes para a sua aprovação proceder à verificação da compatibilidade dos Estatutos das Unidades Orgânicas e dos regulamentos existentes.

**Artigo 118.º**  
**(Património imobiliário inicial)**

O património imobiliário inicial da Universidade é constituído pelos bens imóveis constantes de aviso publicado no *Diário da República*.

**Artigo 119º**  
**(Revisão dos Estatutos)**

1. Os presentes Estatutos podem ser revistos:

- a) quatro anos após a data de publicação da última revisão;
- b) em qualquer momento, por decisão de dois terços dos membros do Conselho Geral em exercício efetivo de funções.

2. A alteração dos Estatutos carece de aprovação por maioria de dois terços dos membros do Conselho Geral.

3. Podem propor alterações aos Estatutos:

- a) o Reitor;
- b) qualquer membro do Conselho Geral.

4. As alterações dos Estatutos carecem de aprovação do Conselho de Curadores, que os sujeitam a homologação do ministro da tutela de ensino superior.

**Artigo 120º**  
**(Casos omissos e dúvidas)**

Os casos omissos e as dúvidas suscitados na aplicação dos presentes Estatutos serão resolvidos pelo Conselho Geral.

**Artigo 121º**  
**(Entrada em vigor dos Estatutos)**

Os presentes Estatutos entram em vigor, estando constituído o Conselho de Curadores, cinco dias após a sua publicação no *Diário da República*.



Universidade do Minho

## Informações

CGeral de 6.junho.16

### 1. Enquadramento do Ensino Superior

Os acréscimos de dotação orçamental associados às reversões salariais da Administração Pública para o ano de 2016 ainda não foram fixadas pelo Governo. O valor estimado pela UMinho é de 2,9 M€.

O CRUP está a preparar com o Governo um acordo de legislatura cujos contornos serão referidos no Conselho.

### 2. Consórcio UNorte.pt

Na sequência de contactos com a CCDR-Norte, espera-se que seja aberto um convite ao consórcio UNorte.pt para candidaturas a projetos estratégicos no âmbito dos vetores da RIS3-Norte.

Pela primeira vez, o consórcio participou com uma equipa conjunta, basquetebol, nos Friendship Games, realizados em Israel entre 24 de maio e 1 de junho.

### 3. Vida Institucional

#### Cedência do Convento de S. Francisco à UMinho.

A cerimónia de assinatura do contrato de comodato e entrega das chaves do Convento de S. Francisco de Real à Universidade do Minho realizou-se a 5 de maio na Igreja de Real. A sessão contou com a presença do Reitor e do Presidente da Câmara de Braga.

A Diretora-Geral do Património Cultural, Arq<sup>a</sup> Paula Silva, visitou aquele complexo monumental a 27 de abril, tendo sido analisado o projeto de requalificação do Convento, que alojará a Unidade de Arqueologia da UMinho, bem como o futuro enquadramento do Mausoléu de S. Frutuoso.

#### Bolsas de Excelência

A cerimónia de entrega das Bolsas de Excelência realizou-se a 16 de Maio, no Salão Medieval. Foram distinguidos 174 alunos com a bolsa e o respetivo diploma, de valor pecuniário igual ao da propina. A sessão contou com a presença do Reitor além de Presidentes das Escolas/Institutos, Diretores de Curso e responsáveis de escolas secundárias, entre outros.

A UMinho tem vindo a distinguir com a Bolsa de Excelência os estudantes de todas as licenciaturas e mestrados integrados com a melhor nota de candidatura e de cada ano, desde que igual ou superior a 16 valores. No último ano letivo, as melhores médias foram obtidas por Teresa Martins (ingresso em Medicina, 19.65 valores), João Carlos Pereira (1º ano de Engenharia Informática, 18.83), Alexandre Belsley (2º ano de Engenharia Física, 18.96), José Martins (3º ano de Engenharia Eletrónica Industrial e Computadores, 18.05) e Carlos Ferreira (4º ano de Engenharia Eletrónica Industrial e Computadores, 18.33).

#### Dias das unidades orgânicas de ensino e investigação

##### Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH)

O ILCH comemorou o 40º aniversário a 3 de maio. O evento incluiu a conferência sobre *A importância das Humanidades para a Economia e Sociedade Contemporâneas* a cargo do Doutor Guilherme d'Oliveira Martins e contou com a presença do Reitor.

##### Presidências de unidades orgânicas de ensino e investigação

Foram eleitos pelos respetivos Conselhos de Unidade e tomaram os presidentes das seguintes UOEI:

- ILCH, Prof. João Rosas, 11 de Maio;
- EEng, Prof. João Monteiro, 13 de Maio.

#### 4. Ensino: acreditação e avaliação de cursos

##### Novos Ciclos de Estudos (NCE) acreditados em 2016

UOEI	Grau	Designação	Acreditação
EE	Mestrado	Design e Marketing	30/05/2016
EC	Mestrado	Biofísica e Bionanosistemas	10/05/2016

##### Avaliação de Ciclos de Estudos em Funcionamento (ACEF) em 2015

UOEI	Grau	Designação	Obs.
IE	Licenciado	Educação	Avaliação em curso
	Mestre	Ciências da Educação	Avaliação em curso
	Mestre	Educação	Avaliação em curso
	Mestre	Estudos da Criança	Avaliação em curso
	Mestre	Educação Especial	Avaliação em curso
	Doutor	Estudos da Criança	Avaliação em curso
	Doutor	Ciências da Educação	Avaliação em curso

##### Avaliação de Ciclos de Estudos em Funcionamento (CEF) em 2015

UOEI	Grau	Designação	Observações
EC	Licenciado	Biologia –Geologia	Avaliação em curso
	Licenciado	Biologia Aplicada	Avaliação em curso
	Licenciado	Geologia	Avaliação em curso
	Licenciado	Optometria e Ciências da Visão	Avaliação em curso
	Mestre	Optometria Avançada	Avaliação em curso
	Mestrev	Genética Molecular	Avaliação em curso
	Doutor	Biologia Molecular e Ambiental	Avaliação em curso
	Doutor	Química Aplicada	Avaliação em curso
	Doutor	Física	Avaliação em curso
	Mestre	Física	Avaliação em curso
ECS	Mestre	Ciências da Saúde	Avaliação em curso
	MI	Curso de Medicina com Mestrado Integrado	Avaliação em curso
EE	Mestre	Micro e Nano Tecnologias	Avaliação em curso
	Mestre	Bioinformática	Avaliação em curso
	Doutor	Informática	Avaliação em curso
ESE	Licenciado	Enfermagem	Avaliação em curso
ICS	Licenciado	Geografia e Planeamento	Avaliação em curso
	Mestre	Geografia	Avaliação em curso
	Doutor	Geografia	Avaliação em curso
ILCH	Licenciatura	Estudos Portugueses e Lusófonos	Avaliação em curso
	Mestre	Linguística Portuguesa e Comparada	Avaliação em curso
	Mestre	Mediação Cultural e Literária (ramo Estudos Empíricos de Literatura; Ramo Tradução Literária; ramo Estudos Cinema e Literatura)	Avaliação em curso



	Mestre	Teoria da Literatura (ramo Literaturas Lusófonas; ramo Poéticas Interartes; ramo Literaturas Ibero-americanas)	Avaliação em curso
	Doutor	Ciências da Cultura	Avaliação em curso
	Doutor	Ciências da Linguagem	Avaliação em curso
	Doutor	Ciências da Literatura	Avaliação em curso
	Licenciatura	Filosofia	Avaliação em curso
	Doutor	Filosofia	Avaliação em curso
	Mestre	Português Língua Não Materna (PLNM) - Português Língua Estrangeira (PLE) e Língua Segunda (PL2)	Avaliação em curso
IE	Mestre	Ensino de Educação Física para o Ensino Básico e Secundário	Avaliação em curso
EEG	Doutor	Ciências Empresariais	Avaliação em curso

## 5. Visitas, Missões, Reuniões e Protocolos

### Visitas

A UMinho recebeu as visitas das seguintes personalidades:

- Marco António, Reitor da Universidade de São Paulo, 4 de maio;
- Presidente de Cabo Verde, Dr. Jorge Carlos Fonseca, 19 de maio (Escola de Direito);
- João Ponciano, Vice-presidente da PSB Academy, Singapura, 25 de maio;
- Shu Guang Zhang, Reitor da Universidade Cidade de Macau, 27 a 30 de maio;
- Presidência da Fundação Gulbenkian e Direção do Instituto Gulbenkian de Ciência, 30 de maio;
- Gustavo Cobreiro, Reitor da Universidade de Havana, 30 de maio.

### Missões e outras iniciativas

O Reitor participou nas missões e iniciativas seguintes:

- Reunião com Gestores de Ciência, Universidade de Aveiro, 9 de maio;
- Ciclo “Encontros Norte Conjuntura”, sessão subordinada ao tema “NORTE & Pessoas”, abordando as dimensões “Educação e Qualificação” e “Mercado de Trabalho”, Instituto Design, 12 de maio;
- Conferência Quantum Europe, Amesterdão, 17-18 de maio;
- VI Plenário de la Conferencia de Rectores del Suroeste de Europa (CRUSOE), Universidade da Beira Interior, 20 de maio;
- Conferência Anual UT Austin | Portugal, Universidade Nova de Lisboa, 23 de maio;
- Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis, Teatro Circo, 23 de maio;
- Reunião Conselho Consultivo para o Investimento e Emprego de Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 24 de maio;

### Protocolos

#### Protocolos Nacionais

Câmara Municipal de Braga, 5 maio de 2016: Contrato de Comodato relativo ao Convento do Convento de S. Francisco de Real em Braga.

#### Protocolos Internacionais

Universidade de Fortaleza, 19 de maio, cooperação académica e científicas conjuntas, criando oportunidades para o reforço da internacionalização de ambas as instituições.

## 6. Conferências, Seminários, Congressos e Exposições

### 3º Congresso Internacional de Direito na Lusofonia

A 19 de maio teve lugar a conferência Internacional de Direito na Lusofonia, na Escola de Direito. A sessão de abertura contou com a presença do Presidente da República de Cabo Verde, Dr. Jorge Carlos Fonseca e do Reitor.

## 7. Ação Social

### Bolsas de Estudo da Ação Social Escolar

Dados de Candidaturas - 2015/2016 (27 maio 16)	Quantidade
Bolsas Deferidas (Bolseiros)	5519
Bolsas Indeferidas	1163
Bolsas em Análise	19*
<b>Total:</b>	<b>6701</b>

\* essencialmente "Aguarda notificação de resultado"

Motivo de Indeferimento (cumulativo)	Quantidade
Rendimento <i>per capita</i> do agregado familiar superior a 16 x IAS acrescido da propina máxima (1º ciclo)	466
Sem aproveitamento escolar no último ano letivo que inscrito	456
Instrução incomplete	104
Não matriculado em instituição de ensino superior e não inscrito num curso	55
Património mobiliário superior a 240 x IAS	24
Conclusão do curso fora do período estabelecido (estudante em regime de tempo integral)	17
Não prestação das informações complementares dentro dos prazos	14
Estudante inscrito a menos de 30 ECTS	13
Titular do grau de licenciado	9
Conclusão do curso fora do período estabelecido - Mudança de curso	7
Cidadão de país terceiro sem autorização de residência permanente	6
Requerente sem a situação contributiva regularizada	3
Cidadão de país terceiro sem estatuto de residente de longa duração	1
Conclusão do curso fora do período estabelecido - estudante em regime de tempo parcial	1
Requerente sem a situação tributária e contributiva regularizada	1
Requerente sem a situação tributária regularizada	1
<b>Total:</b>	<b>1178</b>

### Bolsas de estudo para estudantes do ensino superior

Ano letivo de 2015-2016 (situação em 27.maiio)

Instituição	Req. submetidos	Com decisão final	Deferidos	Indeferidos
<b>Ensino Superior Público</b>	<b>80443</b>	<b>79885 99,42</b>	<b>62238 77,91%</b>	<b>17647 22,09%</b>
Universidade dos Açores	1019	1018 99,90%	845 83,01%	173 16,99%
Universidade do Algarve	1841	1833 99,67%	1337 72,94%	496 27,06%
Universidade de Aveiro	3988	3977 99,75%	3058 76,89%	919 23,11%
Universidade da Beira Interior	2417	2411 99,79%	1932 80,13%	479 19,87%
Universidade de Coimbra	5257	5245 99,85%	4174 79,58%	1071 20,42%
Universidade de Évora	1659	1643 99,10%	1222 74,38%	421 25,62%
Universidade de Lisboa	7756	7714 99,55%	5762 74,70%	1952 25,30%
Universidade Nova de Lisboa	2718	2696 99,19%	1949 72,29%	747 27,71%
Universidade da Madeira	1352	1351 99,93%	1153 85,34%	198 14,66%
Universidade do Minho	6701	6690 99,90%	5520 82,51%	1170 17,49%
Universidade do Porto	7658	7529 98,51%	5766 76,58%	1763 23,42%
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	2907	2894 99,59%	2277 78,68%	617 21,32%
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1249	1230 98,88%	930 75,61%	300 24,39%

## **8. Iniciativas de âmbito cultural**

### **Conferência - A Transgressão em Bocage - por Daniel Pires**

A conferência *A Transgressão em Bocage* - por Daniel Pires realizou-se no âmbito da exposição *Bocage – 250 anos*, patente na Galeria do Salão Medieval, a 12 de maio.

## **9. Eventos, Resultados e Prémios Desportivos**

### **CNU – Campeonatos Nacionais Universitários**

As equipas da AAUM/UMinho têm vindo a ter uma prestação muito boa nos CNU, sendo de destacar: 33 medalhas; de ouro; 31 medalhas de prata; 33 medalhas de bronze.

Campeões por equipas em: basquetebol masculino; voleibol feminino; futsal feminino; futsal masculino;mfutebol masculino; taekwondo f/m; esqui alpino snow board f/m; kick boxing m/f.

### **Campeonatos Europeus Universitários**

Participação nos Campeonatos Europeus Universitários em Zagreb/ Rijeka em Julho com 9 modalidades: basquetebol masculino, voleibol feminino, futsal feminino, futsal masculino, futebol masculino, taekwondo f/m, judo (1 atleta), karaté (1 atleta), natação (2 atletas).

Estas classificações permitem perspetivar uma posição nas três melhores universidades europeias no *ranking* da EUSA em 2016.

## **10. Iniciativas dos Estudantes**

### **Enterro da Gata 2016**

A semana do enterro da Gata 2015 decorreu entre 7 a 13 de maio.

### **Imposição de Insígnias e Bênção de Finalistas**

Decorreram, no passado dia 7 de maio, a cerimónia de Imposição de Insígnias, nos *campi* de Azurém e de Gualtar, e a Bênção dos Finalistas no Parque São João da Ponte, Braga.

### **XXVI FITU Bracara Avgvsta - Festival Internacional de Tunas Universitárias**

O XXVI FITU Bracara Avgvsta - Festival Internacional de Tunas Universitárias realizou-se de 20 a 21 de maio no Theatro Circo, por iniciativa da Tuna Universitária do Minho.



António M. Cunha  
02.junho.2016



## **Conclusões da Reunião de 27 de maio de 2016**

No dia 27 de maio de 2016, às 14 horas, reuniu a Comissão Especializada de Planeamento e Assuntos Financeiros (doravante designada por CE-PAF). Estiveram presentes os Professores Lúcia Lima Rodrigues, que presidiu, Francisco Veiga e o Estudante Pedro Sanches. Justificou a ausência a Professora Clara Oliveira.

Faziam parte da Ordem de Trabalhos:

1. Análise do Relatório de Atividades da UMinho e Relatório de Gestão e Contas Individuais da UMinho – 2015;
2. Análise do Relatório de Atividades e Contas SASUM – 2015.

A Professora Lúcia Lima Rodrigues, na qualidade de Coordenadora da Comissão, abriu a sessão começando por agradecer a presença dos colegas. Antes de entrar na análise pormenorizada dos documentos, a Comissão congratulou o Conselho de Gestão da UMinho e o Revisor Oficial de Contas pelo aumento de transparência que se verificou na prestação de contas, principalmente ao nível do anexo; comentou ainda que o ano de 2015 foi um ano positivo dado que tanto a Universidade do Minho como os SASUM tiveram resultados líquidos positivos e houve o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, o que levou ao aumento do saldo de gerência.

### **1. Relatório de Atividades da UMinho e Relatório de Gestão e Contas Individuais da UMinho – 2015**

#### **1.1 Relatório de Atividades da UMinho**

A Comissão começou por comunicar que o Relatório de Atividades da UMinho está globalmente bem conseguido, retratando bem as atividades levadas a cabo pela Universidade nas várias áreas de missão. Contudo, notaram a necessidade de o Relatório de Atividades passar a ser mais analítico e menos descritivo. De momento o documento serve apenas para descrever o que aconteceu na UMinho. Nos termos do Decreto-Lei 183/96, de 27 de setembro, o Relatório de Atividades deve mostrar como os objetivos estabelecidos no Plano de Atividades e no Plano Estratégico se concretizaram ou não, quais eram os resultados esperados e que resultados foram obtidos (de atividades previstas e eventualmente de atividades não



previstas). A este respeito lembraram as energias despendidas, quer pelo Conselho Geral quer pelo Senhor Reitor, a preparar o Plano Estratégico da Universidade, que não aparece espelhado ao nível do Relatório de Atividades de 2015. Tal como salientado no Memorando do ano anterior, embora seja apresentado no Anexo A1 um mapa de execução do Plano de Atividades de 2015, seria também interessante a apresentação de uma comparação da evolução verificada com as metas previstas no Plano Estratégico 2013-2020. É importante perceber em que medida as atividades desenvolvidas em 2015 ajudaram a concretizar o Plano Estratégico e até que ponto o Plano Estratégico continua válido ou deve ser revisto. A este respeito consideraram que seria interessante a UMinho desenvolver uma secção idêntica à que consta no relatório dos SASUM, intitulada “Análise global do desempenho”, onde não só é possível verificar os objetivos, como os indicadores, as metas e o grau de cumprimento das metas, bem como a justificação dos desvios.

Relativamente aos relatórios de atividades das UOEI, bem como das entidades que interagem com a UMinho, seria também importante que o mesmo esforço fosse feito, dado que, nomeadamente, as UOEI também têm Planos Estratégicos e seria interessante indicar como as atividades de 2015 contribuíram para a execução dos mesmos.

A UMinho voltou a apresentar uma boa prestação nas atividades que constituem a sua missão, nomeadamente:

i) nos rankings internacionais de universidades, embora pareça ter tido neste ponto um desempenho um pouco inferior ao do ano anterior; ii) na captação de projetos com financiamento europeu e nacional; iii) na elevada produção científica, expressa em 1.642 artigos ISI e 1.997 Scopus em 2015, bem como na atribuição de prémios aos seus investigadores; e iv) o forte dinamismo da interação com a sociedade e valorização do conhecimento, nomeadamente através da colaboração da UMinho com a Bosch.

A Comissão recomenda que sejam indicados em tabelas os números de alunos inscritos em cursos não conferentes de grau e a repartição dos mesmos por Unidade Orgânica de Ensino e Investigação (UOEI), assim como o número de alunos inscritos ao abrigo do novo quadro legal do estudante internacional e a divisão dos mesmos por cursos. Finalmente, e atendendo a informações prestadas no ano passado pelo Sr. Administrador, a Comissão gostaria de obter informações adicionais sobre a entrada em funcionamento de um Portal Académico bilingue, a migração da informação académica dos alunos de 3º ciclo para um novo sistema, e o reforço das estruturas de apoio aos alunos internacionais.



## 1.2 Relatório de Gestão e Contas - 2015

Como já foi mencionado, ao contrário do que aconteceu no ano anterior, em 2015 observam-se aumentos ligeiros em alguns indicadores financeiros, com destaque para os resultados líquidos positivos que a UMinho alcançou em 2015 e para o aumento do saldo de gerência. Apesar de a UMinho não visar o lucro, os resultados positivos são importantes para poder assegurar a sua sustentabilidade financeira a longo prazo, principalmente após alguns anos de resultados líquidos negativos. Os resultados líquidos positivos ficaram a dever-se essencialmente à evolução de dois componentes importantes: descida dos custos com o pessoal de mais de dois milhões de euros, associada a uma subida de transferências relacionadas com projetos de mais de 4 milhões de euros.

A Comissão entendeu destacar as contínuas melhorias que se estão a observar na prestação de contas. Deve destacar-se não só a melhoria na transparência, mas também na linguagem contabilística e no refinamento nos procedimentos contabilísticos (como, por exemplo, o que se observou este ano no Método da Equivalência Patrimonial). Ao nível da transparência, são de salientar as informações sobre provisões e passivos contingentes, a cobertura de riscos através de seguros, transferências e subsídios e mecenato.

A Comissão considerou que com o sistema contabilístico atual será difícil evoluir para uma análise mais segmentada das atividades de missão da UMinho. Por isso, continua a insistir na necessidade e no dever (é obrigatória por lei) de implementar a contabilidade analítica.

Estando em curso a reformulação dos serviços administrativos e financeiros, com reforço das suas estruturas humana e informática de suporte, espera-se que esta reformulação possa contribuir de forma decisiva não só para a implementação da contabilidade analítica como para uma mais fácil adoção do Sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas (SNC-AP), que entrará em vigor em 2017.

Algumas sugestões menores:

-Há várias gralhas no texto do documento (e.g., p. 136, refere as figuras erradas), e também nas tabelas que baralham o leitor (erros de “copy and paste”, e.g., demonstração dos resultados tem nos cabeçalhos os anos do ano anterior), que deverão ser corrigidas antes dos documentos serem publicados.

-Ajudaria o leitor se as figuras com dados mensais incluíssem também os valores anuais.



## **2. - Relatório de Atividades e Contas dos SASUM - 2015**

A Comissão procedeu, ainda, à apreciação do Relatório de Atividades e Contas do ano económico de 2015 dos Serviços de Ação Social da UMinho (SASUM). A Comissão também sublinha os resultados líquidos positivos e o aumento do saldo de gerência que esta entidade apresenta este ano. Os resultados líquidos positivos ficaram a dever-se também a uma descida de custos com o pessoal e a uma redução de fornecimentos e serviços externos em consequência dos cativos.

De salientar ainda como muito positivo o número de prémios que os SASUM receberam durante 2015, como o Prémio Excelência no Trabalho 2015, o “Selo do reconhecimento de práticas e atos pelo desperdício alimentar Zero” e a renovação das certificações ISO, que são reveladores de uma boa gestão. Também merece destaque o facto de os SASUM serem entidade piloto na implementação do SNC-AP, o que revela, tal como vem sendo salientado pela Comissão, que estão sempre na vanguarda ao nível das práticas contabilísticas.

Uma leitura cuidada dos documentos feita por esta Comissão, não permitiu detetar incumprimentos ou gralhas que sejam de mencionar. De novo se constata o alto nível de cumprimento das normas de contabilidade e de *accountability*, e o nível avançado da gestão desta entidade pública do grupo UMinho.